

VITOR HUGO VIDAL RANGEL JÚNIOR

**PARQUE HALFELD E PRAÇA DA ESTAÇÃO, JUIZ DE FORA-MG:
UMA LEITURA HISTÓRICA, PAISAGÍSTICA E URBANÍSTICA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2006

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

R196p
2006

Rangel Júnior, Vítor Hugo Vidal, 1976-
Parque Halfeld e Praça da Estação, Juiz de Fora-MG :
uma leitura histórica, paisagística e urbanística /
Vítor Hugo Vidal Rangel Júnior. – Viçosa : UFV, 2006.
xv, 79f. : il. ; 29cm.

Orientador: Wantuelfer Gonçalves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 78-79.

1. Arquitetura paisagística urbana - Juiz de Fora (MG).
2. Cidades e vilas - Juiz de Fora (MG). 3. Parques -
Juiz de Fora (MG). 4. Praças - Juiz de Fora (MG).
5. Juiz de Fora (MG) - História. I. Universidade Federal
de Viçosa. II. Título.


CDD 22.ed. 712.098151

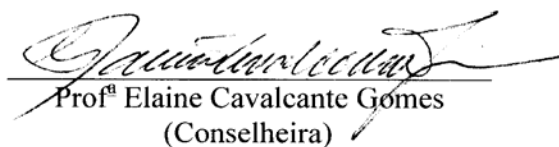
VITOR HUGO VIDAL RANGEL JÚNIOR

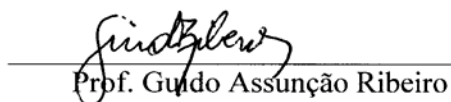
**PARQUE HALFELD E PRAÇA DA ESTAÇÃO, JUIZ DE FORA-MG:
UMA LEITURA HISTÓRICA, PAISAGÍSTICA E URBANÍSTICA**

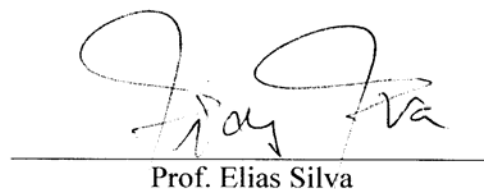
Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

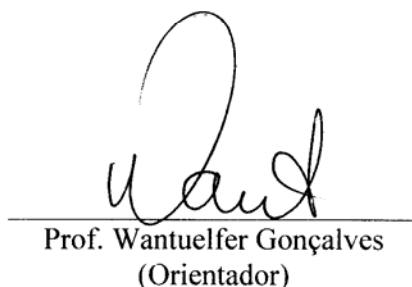
APROVADA: 26 de abril de 2006.


Prof. José Gustavo F. Abdalla
(Conselheiro)


Prof. Elaine Cavalcante Gomes
(Conselheira)


Prof. Guido Assunção Ribeiro


Prof. Elias Silva


Prof. Wantuelfer Gonçalves
(Orientador)

AGRADECIMENTO

A Deus, por dar me um abrigo quando precisei, por dar me passagens quando eu precisei e por dar me amigos quando precisei.

À minha família: pai, mãe, irmãos, avós, tios e primos, pelo apoio.

À Universidade Federal de Viçosa, por intermédio do Departamento de Engenharia Florestal, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, pelo acolhimento e pela possibilidade de aperfeiçoamento profissional.

Ao orientador e amigo, professor Wantuelfer Gonçalves, por sua sabedoria e dedicação e por estar sempre ao meu lado quando precisei.

Ao professor conselheiro José Gustavo Francis Abdalla, pelo exemplo de vida e pela compreensão.

À professora conselheira Elaine Cavalcante Gomes, pelos momentos de diálogo esclarecedores.

Aos amigos Antônio Celso Ferreira e Josemar Parreira Guimarães, pelo convencimento a continuar meus estudos.

Aos amigos João Cândido e Cristiano, pela carinhosa acolhida em suas residências.

Ao engenheiro Manuel Monachesi, pelo acesso, de grande valia, a sua especial biblioteca.

Aos amigos Ticiani Ciampi, Waldir Antônio, Wenderson Lobo, Fernando e Renato Scmidt, pelo incentivo e prestígio.

Ao Dr. João Carlos Campos, pelo apoio e pelas aberturas de portas.

Ao Dr. Henrique Siqueira, por apresentar as pessoas certas.

Ao ex-prefeito do Município de Juiz de Fora, Francisco Antônio de Mello Reis, pelas importantes informações fornecidas.

Aos meus sócios e clientes que sempre apoiaram e incentivaram o meu estudo.

Ao amigo Fellipe Elias de Oliveira Araújo, pela ajuda na apresentação do trabalho.

Aos professores do DEF e Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa (UFV), pela dedicação e pela transmissão dos conhecimentos que adquiri nesta jornada.

Ao engenheiro florestal Marco Aurélio Lopes Procópio e aos demais funcionários da Prefeitura de Juiz de Fora, pelo acolhimento e pela paciência no delineamento de meu trabalho.

À Neuza Martins, do setor de informática do Departamento de Engenharia Florestal, pelo sempre pronto e brilhante socorro quando os computadores não mais queriam contribuir com nosso trabalho.

Aos funcionários do DEF, Rita, Frederico, Chiquinho e Rose, pela companhia e palavra amiga.

Ao Paulo Afonso da Silva e à Eliane Ventura da Silva, pela colaboração na finalização e revisão de Português.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

BIOGRAFIA

VITOR HUGO VIDAL RANGEL JÚNIOR, filho de Vitor Hugo Vidal Rangel e Marli Silva Gaudereto, nasceu em Ipatinga-MG, em 22 de maio de 1976.

Em fevereiro de 1996 ingressou no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), concluindo-o em maio de 2002.

Em agosto de 2003 ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado em Ciência Florestal do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa (UFV), obtendo o título de *Magister Scientiae* em novembro de 2006.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE TABELAS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiv
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Objetivos.....	5
1.1.1. Objetivo geral	5
1.1.2. Objetivos específicos.....	5
2. REVISÃO DE LITERATURA	6
2.1. Centros urbanos	6
2.2. Espaços públicos urbanos.....	9
2.2.1. Espaços públicos	9
2.2.2. Jardim	9
2.2.3. Praça	10
2.2.4. Parque	11
2.3. História de Juiz de Fora.....	13
2.3.1. Os primeiros caminhos às minas	13

	Página
2.3.2. O meritíssimo Juiz de Fora.....	14
2.3.3. O Santo Antônio nessa história	16
2.3.4. Os Inconfidentes por aqui.....	17
2.3.5. A estrada de Halfeld	18
2.3.6. A cidade de Juiz de Fora	19
2.3.7. A estrada de rodagem de Mariano Procópio	20
2.3.8. A construção do Parque Halfeld.....	22
2.3.9. A construção da Praça da Estação	23
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	25
3.1. Área de estudo	25
3.2. Objeto de estudo	27
3.2.1. Estudo de caso 1: Parque Halfeld.....	29
3.2.2. Estudo de caso 2: Praça da Estação.....	30
3.3. Metodologia.....	32
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1. O Parque Halfeld	35
4.1.1. Recorte 1: da inauguração até 1930.....	35
4.1.2. Recorte 2: 1945, o primeiro cadastramento municipal até 1960.....	41
4.1.3. Recorte 3: virada para o ano 2000	45
4.2. A Praça da Estação	60
4.2.1. Recorte 1: A inauguração do espaço	60
4.2.2. Recorte 2: 1945, o primeiro cadastramento municipal	62
4.2.3. Recorte 3: 2000, um novo espaço	64
5. CONCLUSÕES.....	71
6. RECOMENDAÇÕES.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Fazenda do Juiz de Fora. Foto do início do século XX, conforme Esteves (1915) e Lessa (1985) e questionada por Bastos (2004).....	17
2 O “Caminho Novo” e a “A Estrada Nova do Paraibuna”	19
3 Ponte construída por Mariano Procópio na Estrada União Indústria	21
4 Rua Halfeld em 1860.....	22
5 Localização do município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais e no Brasil.....	25
6 Cidades dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro próximas a Juiz de Fora.....	26
7 A linha em destaque é a Rua Halfeld, e as setas apontam para os dois objetos de estudo	27
8 Fotografia do Parque Halfeld observado pelo calçadão da Rua Halfeld.	28
9 Foto de parte do desenho original para implantação do Parque Halfeld, de autoria da Construtora Pantaleoni Arcuri e Spinelli.....	36
10 Foto de parte do desenho original para implantação do Parque Halfeld, de autoria da Construtora Pantaleoni Arcuri e Spinelli, mostrando o projeto da edificação, da casa rústica e do chafariz	37

11	No primeiro plano da imagem observa-se uma escultura dentro do lago, o que não consta do projeto; no segundo o chafariz projetado e ao fundo da imagem a construção para uso da equipe de manutenção do parque	38
12	Vista do Parque Halfeld pela atual Avenida Barão do Rio Branco, foto de 1907	38
13	A esquerda está o edifício-sede da Câmara dos Vereadores e a direita, a atual loja Arpel	39
14	Foto atual dos Templos Metodista e Católico no Parque Halfeld.....	40
15	A atual Avenida Barão do Rio Branco em fotografia do ano de 1928 e a atual Rua Halfeld em fotografia do ano de 1938.....	41
16	Cadastramento realizado em 1945, pela prefeitura municipal de Juiz de Fora do Parque Halfeld.....	42
17	Biblioteca municipal situada dentro do Parque Halfeld.....	43
18	Avenida Barão do Rio Branco durante a década de 1940, onde observa-se na fotografia do lado esquerdo o porte das palmeiras imperiais equivalentes à altura de três edifícios, mostrados ao fundo da fotografia. Ao lado direito uma vista do Parque Halfeld sem as palmeiras imperiais	44
19	Projeto realizado em 1998 por arquitetos da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, que conserva o projeto da arquiteta Rosa Klias.....	45
20	Parque Halfeld nos dias atuais. A fotografia a esquerda mostra a exuberância da vegetação e a da direita, o parque com brinquedos infantis.....	46
21	No lado esquerdo observa-se a fotografia do monumento de autoria do artista José Caporali, assinado em 1902, mostrando o Parque como oferta do Coronel Francisco Mariano Halfeld ao povo de Juiz de Fora. No lado direito está a placa de inauguração da última grande reforma.....	47
22	Foto das mesas de jogos e ao fundo, atrás do quadro de energia, o banheiro público.....	48
23	Vista aérea do centro da cidade de Juiz de Fora, ano 2000, mostrando a exuberante vegetação do Parque Halfeld	49
24	Espelho d'água construído em estilo inglês, em 1902	49

	Página
25	Distribuição das árvores do Parque Halfeld..... 57
26	Distribuição dos equipamentos urbanos no Parque Halfeld..... 58
27	Fotografias internas do Parque Halfeld..... 59
28	Fotografias do antigo Largo da Estação em 1903. Os dois edifícios são atualmente patrimônio histórico municipal..... 60
29	Levantamento fotográfico alguns anos após sua inauguração em 1907..... 60
30	Croqui elaborado para compreender a forma da Praça da Estação 61
31	Fotografia da Praça da Estação 62
32	Levantamento cadastral de 1945 62
33	Praça da Estação após a retirada das árvores de médio porte 64
34	Projeto da Praça da Estação elaborado em 2003..... 64
35	Canteiro elevado que disciplina o pedestre 65
36	Vista aérea da Praça da Estação 65
37	Vista interna da Praça da Estação 66
38	Monumentos da praça da Estação. 2005 67
39	Distribuição dos equipamentos urbanos na Praça da Estação..... 69
40	Distribuição da arborização da Praça da Estação..... 70

LISTA DE QUADROS

	Página
1 Comparação entre praças e parques	12
2 Monumentos encontrados no Parque Halfeld no dia 5 de outubro de 2005	59

LISTA DE TABELAS

	Página
1 Flora do Parque Halfeld. Árvores, arbustos e palmeiras presentes na década de 1980.....	51
2 Flora do Parque Halfeld. Árvores, arbustos e palmeiras presentes atualmente	54
3 Espécies arbóreas e forração encontrada na praça da Estação no dia 22/11/2005.....	68

RESUMO

RANGEL JÚNIOR, Vitor Hugo Vidal, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2006. **Parque Halfeld e Praça da Estação, Juiz de Fora – MG: Uma leitura histórica, paisagística e urbanística.** Orientador: Wantuelfer Gonçalves. Conselheiros: Elaine Cavalcante Gomes e José Gustavo Francis Abdalla.

O objetivo do presente trabalho foi estudar a evolução de dois espaços públicos importantes do centro da cidade de Juiz de Fora-MG, o Parque Halfeld e a Praça da Estação, compreendendo sua evolução histórica e seus reflexos no uso, no desenho e na vegetação. Ambos foram construídos no início do século XX e estiveram presentes no dia-a-dia do centro da cidade. Para tal, foram realizadas visitas periódicas aos objetos de estudo, conversas informais com os frequentadores, entrevistas semi-estruturadas com pessoas que acompanharam a evolução do Parque e da Praça, através do método da “Bola de Neve” – onde um entrevistado indica o outro na pesquisa, além de revisão de literatura específica, análise de fotos e consultas a órgãos públicos municipais. Foi montado um relatório com três recortes temporais: o primeiro, na ocasião da construção; o segundo, ao final do período Vargas; e o terceiro, na virada do ano 2000. Nesses recortes foram apresentados um levantamento fotográfico em cada período; o formato de cada praça no decorrer dos tempos e os usos desenvolvidos.

Concluiu-se que a migração da preferência do homem contemporâneo de utilizar o espaço privado em detrimento do espaço público, iniciado pela sociedade burguesa e acelerado com o advento do automóvel, não fez com que se diminuísse a importância dos objetos estudados. Constatou-se que aos dois espaços foram somados novos usos, diferentes daqueles para os quais foram originalmente planejados; por exemplo, local de passagem, banheiro e lazer para a terceira idade. Percebeu-se também, que é inadequado denominar de parque o objeto Parque Halfeld que, segundo conceitos estudados, possui mais características de praça do que de parque.

ABSTRACT

RANGEL JÚNIOR, Vitor Hugo Vidal, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2006. **Parque Halfeld and Praça da Estação, Juiz de Fora – MG: A historical, Landscaping and urban analysis.** Orientador: Wantuelfer Gonçalves. Conselheiros: Elaine Cavalcante Gomes and José Gustavo Francis Abdalla.

The objective of this work was to study the historical evolution of two important public spaces in downtown Juiz de Fora-MG: Parque Halfeld and Praça da Estação and its consequent reflection on use, design and vegetation. Both spaces were built in the early 20th Century and were part of downtown daily life. Thus, periodical visits to both areas were made and informal talks with people who frequented them were carried out as well as semi-structured interviews of people who followed the evolution of the park and the square. The “snowball method” was used – whereby an interviewee indicates another person to be interviewed, besides review of specific literature, photo analysis and consultation of municipal public organs. A report was prepared covering three chronological periods: the first, time of construction; the second, the end of the Vargas period; and the third, the year 2000. A photographic assessment was presented of each period, highlighting the format of each space along time and their uses. It was concluded that the contemporary preference for using private

spaces rather than public ones, which was initiated by the elite and accelerated with the invention of the car, did not diminish the importance of the spaces studied. New uses, different from those for which the spaces had been originally planned, were confirmed to have been conferred to the two spaces, such as: passage place, resting rooms, and leisure for the elderly. It was also observed that it is inadequate to name Parque Halfeld a park, since, according to the concepts studied, it presents characteristics of a square rather than of a park.

1. INTRODUÇÃO

Não existe realidade urbana sem um centro; comercial, simbólico, de informações de decisão etc.

Lefebvre

O ser humano, ao se organizar espacialmente, seja ele descendente dos ocidentais, orientais ou mesmo índios, segundo Villaça (2001), desenvolve sempre um único centro principal. Nele acontecem manifestações políticas, culturais e religiosas, além de o comércio ser mais intenso.

Estudar a paisagem nos centros urbanos é um caminho seguro para entendermos o conjunto de elementos que estão interagindo na formação do espaço construído das cidades. Ao compreender o conceito de “meio ambiente urbano”, como definido por Rodrigues (1998), isto é, como o “conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infra-estrutura e os equipamentos de consumo coletivo”, percebe-se, que o estudo dos espaços públicos arborizados sejam alamedas, canteiros, praças ou parques, não podem ser observados de maneira isolada, ou seja, apenas por suas características botânicas.

Observa-se nesta dissertação duas situações de espaços públicos na cidade de Juiz de Fora-MG, onde as referências ilustram com propriedade de análises parciais: o primeiro caso é a Praça Doutor João Penido, popularmente chamada de Praça da Estação, isto é, foi o largo de chegada à antiga estação ferroviária na cidade. O segundo é o Parque Halfeld, onde, na referência do cotidiano, tem-se o antigo prédio da prefeitura, o Fórum, a Câmara dos Vereadores, a tradicional banca de jornal e sua exuberante vegetação.

A idéia de trazer o homem para o convívio com a natureza tem permeado as propostas teóricas urbanas em diferentes épocas e com significados diversos. Desde o Renascimento, determinadas cidades vincularam às suas imagens preocupações sociais, nos modelos de cidades ideais, com a incorporação de elementos naturais. No alto do Renascimento (MARCONDES, 1999), Thomas More planejou modelos ideais de cidade publicados em sua obra “A Utopia”, de 1516. Idealizando mais de 50 tipos de cidades na “ilha da utopia”, descreveu, na principal delas, a presença das águas delimitando a cidade, os florescentes e abundantes jardins e o cinturão verde do campo. Ainda, segundo Marcondes (1999), observa-se uma natureza intocada associada ao mito sagrado.

A valorização de elementos da natureza na construção dos modelos ideais de cidade foi amplamente utilizada no Iluminismo. Nessa ocasião, e também presente até os dias atuais, predomina a noção do naturalismo urbano, contudo associado ao retorno de uma natureza nostálgica. Tafuri (1985) argumentou que o apelo ao naturalismo significa “o apelo à pureza original no ato de configuração do ambiente”, presente em vários projetos urbanos.

Marcondes (1999) mostra algumas idéias cujo objetivo era incorporar a natureza no contexto urbano, tais como: (1) as propostas de Patte, desenvolvidas em 1723, para a aproximação da natureza à malha urbana; (2) de Laugier, elaboradas em 1753, da analogia da cidade como uma grande floresta; dos reformadores clássicos Boullée e (3) Ledoux do século XVIII, para Paris e Chaus, são modelos de cidades implantadas em um cenário rural; e bem como o plano de L’Enfant para Washington de 1771.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as propostas naturalistas mostram-se como um modo novo de enxergar a vida urbana. Para Tafuri (1985), porém, esse naturalismo urbano, presente nas propostas européias com a inserção do pitoresco na arquitetura e a valorização da cidade, tendem a contrapor a relação cidade-campo. Tais propostas procuram adequar a cidade às novas condições históricas e sociais e “naturalizar” (sic) o novo espaço construído pela emergente classe burguesa que estava em ascensão.

Nas utopias urbanísticas igualitárias do século XIX, a busca do ambiente natural também esteve presente. Esse é um momento em que o conceito clássico de cidade se transformou, permitindo a liberdade de novas propostas. Por exemplo, o estimulado conceito de cidade-campo nos modelos comunais utópicos como escrito em Choay (1979). A autora menciona várias propostas, em que os espaços verdes são concebidos a partir do isolamento das indústrias em cidades voltadas às questões sanitárias. Observa também outras propostas que preconizam protótipos das edificações comunitárias dispostas em anéis concêntricos, separados por relva ou plantações, e ainda as que compreendiam as cidades elaboradas com a presença abundante de vazios e do verde, voltados à higiene e à salubridade, conceitos recentes para a época.

Segundo relatou Mumford (1982), no “utopismo” político da cidade oitocentista, a proposta mais contundente de integração entre cidade e natureza foi o modelo de cidade-jardim, idealizado por Ebenezer Howard em 1898, que retomou alguns dos aspectos das cidades utópicas renascentistas de Thomas More e de desenhos de Leonardo da Vinci, a eles acrescentando as indústrias e as ferrovias nos diagramas geométricos ilustrativos de seus esquemas.

Continuando, a formulação de Howard “constitui uma reação à aglomeração urbana do período vitoriano, caracterizado por grande admiração pelo campo e pela natureza em face das condições da vida nas cidades”, como se observa em Mumford (1982). Em sua proposta, cada cidade-jardim seria limitada a 30 mil habitantes e rodeada por um exuberante cinturão verde, que deveria fazer parte de uma “constelação de cidades-jardins” que envolveria toda a zona rural.

Segundo Rechia (2003), ao lado das utopias antiurbanas e das idéias das cidades-jardins, o pensamento urbanístico no século XX retoma e potencializa o projeto racionalista da cidade industrial, traduzido nos trabalhos de Le Corbusier da década de 20 do século passado, cuja melhor definição é encontrada no termo cidade-máquina de Hilberseimer.

Essa concepção contrapõe-se às visões do urbanismo moderno, da cidade concebida como um grande parque, e da aglomeração urbana tratada como uma cidade verde. Tufuri (1985) destacou que no projeto de cidade-máquina existia a ausência do conceito de espaço e de lugar, que resultava em uma cidade que ignora necessidades sociais do ser humano e privilegia as necessidades orgânicas.

Isso significa que no projeto de cidade-máquina a idéia da natureza presente é a natureza racionalizada. Este conceito de natureza racional é enfatizado no zoneamento funcionalista que vai ser proposto pela Carta de Atenas, que domina o pensamento urbanístico até os anos 60 do século XX, com vários desdobramentos nas intervenções planejadas para as cidades nesse período. Nesse documento são estabelecidas quatro funções urbanas e a melhor forma de atendê-las pelo projeto do espaço. São elas: moradia, trabalho, circulação e lazer.

Em Sitte (1992), destaca-se também a importância da história registrada em monumentos e construções antigas, revitalizando a percepção da história inserida no contexto de cada usuário do espaço urbano.

A evolução das cidades é repleta de estudos e simulações. O presente trabalho se concentra na análise de um recorte da malha urbana que tange em espaços públicos abertos e com significativa importância histórica, econômica, política e natural. Para isto, este trabalho de uma forma multidisciplinar, procurou compreender a evolução de dois espaços públicos da cidade de Juiz de Fora-MG: o Parque Halfeld e a Praça Doutor João Penido (Praça da Estação); e como os seus habitantes usam estes espaços e como observam seu patrimônio histórico numa análise do ponto de vista de um arquiteto; e o papel da vegetação como promotor da melhor qualidade de vida para uma população cada vez mais distante dos elementos da natureza.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo geral

Estudar a transformação de dois espaços públicos importantes do centro da cidade de Juiz de Fora - MG, compreendendo sua evolução histórica e seus reflexos no uso, no desenho e na vegetação aplicados.

1.1.2. Objetivos específicos

- Compreender a transformação do Parque Halfeld ao longo do tempo.
- Compreender a transformação da Praça da Estação ao longo do tempo.
- Realizar o estudo pós-uso dos dois espaços.
- Discorrer sobre a vegetação do Parque Halfeld.
- Discorrer sobre a vegetação da Praça da Estação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Centros urbanos

O ser humano, está por toda a história procurando viver em grupos, pois é mais vantajoso do que viver completamente isolado. Cullen (1983) escreveu que “uma cidade é mais do que o somatório dos seus habitantes”, é uma fonte de facilidades e boas sensações.

Para Villaça (2001), a união socioespacial humana, seja ela indígena, medieval, pré-colombianas e até as atuais, desenvolve sempre um único centro “principal”, que se torna a grande referência urbana da cidade. Reforça ainda que não se pode falar em urbano sem um centro, pois sem ele não existe o outro.

No princípio, os espaços urbanos, segundo Villaça (2001), foram elaborados por uma sociedade burguesa revolucionária e pelo Estado que a representava; praticamente a refletia. Este Estado procurava valorizá-la ao máximo e impor o uso dos valores capitalistas à sociedade urbana que surgia. Nesse período foi produzido um espaço urbano carregado de ideologia, utilizando conceitos renascentistas de desenho, sendo um exemplo a perspectiva.

Já os espaços urbanos chamados tipicamente capitalistas, ainda segundo Villaça (2001), surgiram sobre as batutas do mercado, conduzindo as transações imobiliárias, novos loteamentos de expansão urbana, em que o lucro do

empreendimento é maior do que importantes conceitos do habitat humano, que foram colocados em segundo plano, como: qualidade de vida e padrões estéticos. Mais tarde, os novos bairros e as vias foram produzidos segundo um novo elemento: o automóvel.

Segundo Relph (1990), em 1939 o automóvel havia se tornado o principal vetor na determinação da paisagem urbana. Certamente, ele afirma que aí iniciava-se a transformação do deslocamento a pé pelos centros urbanos, acontecendo mudanças na velocidade com que se desloca e se observa os elementos da arquitetura. Nesse momento, surge a necessidade de espaço exclusivo para pedestres, como calçadas, largos passeios e ruas de acesso restrito, mostrando que nos Estados Unidos da América, por volta de 1970, isto foi seriamente colocado em prática pelas autoridades de trânsito.

No clássico “A Imagem da Cidade”, Lynch (1988) mostra que os conjuntos urbanos não são simples objetos com os quais depara-se todos os dias e tem se a opção de apreciá-los ou não, mas sim são reflexos da construção intencional do homem sobre a natureza e outros homens, com razões exclusivamente particulares.

Villaça (2001) também observa a ausência da influência do Estado no crescimento das cidades contemporâneas, ficando ainda à mercê dos mecanismos de mercado.

Na legislação urbana da cidade de Juiz de Fora que rege o crescimento da cidade, os novos loteamentos são de responsabilidade do empreendedor: a terraplenagem, a rede de água, esgoto e pluvial, o revestimento nas vias, a iluminação, além de ter de separar uma área para uso do poder municipal, podendo ser ela de reserva ambiental, praça ou uso institucional. Basta o traçado seguir as dimensões mínimas da norma de tráfego. Assim, o poder público se restringe aos novos loteamentos destinados para a classe baixa, esses quais não sendo economicamente viáveis do ponto de vista comercial.

Com a urbanização, observou-se uma mudança no hábito da sociedade, pois as funções que antes eram exclusivamente desenvolvidas dentro de casa passaram a ser também desenvolvidas no serviço urbano. Essa nova realidade do

cotidiano atinge desde lavar roupa, alimentar-se, divertir-se, até reuniões com amigos.

Assim, o cotidiano das pessoas passa a acontecer também em espaços públicos urbanos, como praças e parques, e mais recentemente, nos *shopping centers*. Para ilustrar, Villaça (2001) mostra que os restaurantes, como atividade de lazer, começam a surgir a partir de 1852, na cidade de São Paulo, e daí em diante o centro virou estritamente lugar de negócio.

Villaça (2001) relatou que o centro da capital de São Paulo, por volta de 1950, foi dividido em dois pelo Vale do Anhangabaú, onde se criou um centro para as elites e outro para a camada mais pobre da cidade. Em Juiz de Fora, segundo Oliveira (1975), esse processo iniciou-se na década de 60.

Com o fim dos trens de passageiros, a Praça da Estação, que era um ponto de referência para a classe alta da sociedade, pára de ser freqüentada conforme entrevista a Monachesi¹, e o comércio daquela região da cidade se transforma em fornecedores de produtos populares, ficando até os dias de hoje claramente dividida a cidade em dois centros: um chamado de parte alta, com produtos e serviços menos acessíveis à maioria da população, e o outro, denominado parte baixa, para atender com preços populares. Um exemplo que acentuou a segregação que ocorre em Juiz de Fora são os ônibus urbanos, cujas linhas que atendem aos bairros de classe A e B, como por exemplo Bom Pastor, Santa Helena, Granbery, São Mateus, possuem os pontos de passageiro na parte alta do centro, enquanto as que atendem aos bairros C e D, como por exemplo, Benfica, Linhares, Santa Luzia, têm os pontos localizados na parte baixa do centro.

Viu-se também ocorrer na sociedade contemporânea a proliferação dos espaços de uso privado, como clubes e parques de acesso restrito. Conforme Relph (1990), todos “sabem que os estilos de vida e de paisagens criados pela iniciativa privada são geralmente agradáveis e úteis”.

As paisagens urbanas modernas, como todas as paisagens, são mais o reflexo das ações do homem do que causadoras da condição humana. De acordo

¹ Comunicação pessoal em entrevista concedida em 15/11/2005.

com Ferrara (1986), “ruas, avenidas, praças configuram uma realidade que informa sobre seu próprio objeto: isto é o contexto”. É ele que nos remete à percepção geral e continuada, que estabelece correlação entre o usuário e as suas inúmeras expressões.

2.2. Espaços públicos urbanos

2.2.1. Espaços públicos

O ser humano sente a necessidade de um espaço para interagir com os semelhantes, independentemente da nossa classe social, raça, cor, religião ou aptidão política. Esse espaço existe nas cidades com denominações diferenciadas, como ruas, parques, jardins e praças.

Para Chimenti (2001), as concepções contemporâneas do uso de espaços livres caracterizam uma nova formação da praça pública, em que foram gradativamente introduzidos itens como lazer infantil e atividades esportivas. Agora, a disposição da vegetação é um fator importante no que se refere à qualidade dos projetos, uma vez que serve como elemento de formação de espaços.

Nesse contexto, coloca-se o que é agregado a determinado espaço como forma de caracterizá-lo em sua função; é a finalidade para o uso. Dessa forma, conceituar praças somente como confluências e convergências de ruas pode estar desconsiderando a importância da socialização e o sentimento de igualdade que os espaços públicos proporcionam a todos. Em contraponto, para Galander (1982), a praça poderia ser caracterizada fisicamente como uma manifestação espacial resultante da malha urbana e tradicionalmente presente desde a cidade medieval.

2.2.2. Jardim

Um lugar para se proteger do sol e receber prazer, assim Laurie (1983) conceitua o jardim. Morfologicamente a palavra *garden*, jardim no idioma inglês,

vem do hebraico, onde soma-se *gan*, significando proteção ou defesa, e *oden*, cuja tradução conveniente é prazer.

Nos livros de várias religiões, por exemplo, a Bíblia cristã, ou o Alcorão dos muçulmanos, a vida iniciou-se e terminará em um belo jardim no paraíso. Um lugar protegido das tentações e de muita felicidade.

Jardim para Saldanha (1993) é uma parte do espaço que circunda a casa ou outro tipo de edificação, ou seja, uma parte particular e específica pela posição que ocupa e por suas características.

2.2.3. Praça

Saldanha (1993) salientou as diferenças entre jardim, praça pública e parques públicos. A praça é pensada como um espaço amplo, como uma confluência das ruas, muitas vezes uma interrupção nos blocos edificados. Um espaço onde, em geral, se encontram árvores, bancos, eventualmente monumentos e em alguns casos pequenos lagos artificiais.

Para Lima (1987), as praças são espaços livres urbanos utilizados como local público. São pontos de encontro cuja função é incentivar a vida comunitária e o lazer.

Galander (1982) relatou que, com o crescimento demográfico urbano e o advento da burguesia, novas necessidades espaciais foram surgindo, como escolas, teatros, mais moradias, entre outros. Surge assim uma nova forma de percepção das condições de vida, que é a noção de movimento de pessoas e mercadorias, alterando a percepção de tempo, distância, perspectivas e também dos espaços no perímetro urbano. A praça evolui da sua função política e de comércio e começa a ser também ponto de lazer e contato com a natureza, mesmo que seja uma única e incipiente sombra de uma árvore.

Segundo Gomes (1997), a praça é importante como depositária de fragmentos históricos e simbólicos. Segundo a autora, esse aspecto é que a faz parte da sociedade e, assim, adquire o seu sentido de refúgio. Seus freqüentadores ficam irmanados nesse espaço espiritual e social, possibilitando

uma teia de relações e pactos que têm origem na área rural. Nesse contexto temos o ambiente público como local de socialização, ou de compartilhar idéias, deixando claro o sentimento de igualdade. Nesse ponto de vista percebeu-se a importância das praças como ambiente vital para a socialização.

De acordo com Demattê (1997), podem ser distinguidos dois tipos de praças: o espaço vazio que restou da construção dos edifícios e o espaço aberto planejado. São exemplos do primeiro tipo as praças medievais, onde não há vegetação. O segundo tipo é a praça planejada, onde o elemento vegetal passa a ser valorizado, assim como qualquer outro elemento que traz conforto e ornamentação. Existem também, as praças que não possuem vegetação, chamadas de praças secas (LIMA *et al.*, 2001).

2.2.4. Parque

O hábito de o ser humano valorizar a natureza no ambiente urbano começou, segundo Gomes (1997), citando Keith (1983), nas pessoas que estudavam aves por passatempo ou por curiosidade, o que originou a campanha pela preservação; e foram os naturalistas que pressionaram para se aprovar uma série de atos legislativos que, a partir de 1869, proporcionaram um nível cada vez maior de proteção legal às aves selvagens. Isso foi resultado de vários séculos de crescente interesse no mundo da natureza. Desde o século XVII, o estudo de aves, moluscos, fungos, borboletas, algas marinhas, fósseis e flores se firmava como uma recreação da classe média. Fidalgos, clérigos e gente da cidade (incluindo suas esposas) voltaram-se em número crescente para o estudo da natureza, por curiosidade, prazer ou satisfação emocional. Tal movimento não foi exclusivamente inglês, pois embora demorasse muito a atingir as classes médias da Itália e da Espanha, o gosto pela história natural difundiu-se muito na França e na Alemanha; na verdade, foi um visitante alemão que, em 1738, recomendava a botânica aos fidalgos rurais da Inglaterra como uma alternativa saudável aos estudos e festas. Mas em nenhuma parte a história natural tornou-se mais popular que na Inglaterra. Hoje, o sentimento de necessidade das áreas verde é extremamente comum nas cidades.

Para Saldanha (1993), os parques são espaços públicos com dimensões significativas, onde predominam elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, e que são destinados à recreação e à contemplação da natureza.

Para Gonçalves (1994), é considerada área verde qualquer área, seja ela em ambiente rural ou urbano, de propriedade pública ou privada, que contenha vegetação significativa e cumpre sua função ecológica no ambiente. Ele descarta como área verde um local destinado, por exemplo, à recreação que contém árvores e brinquedos, ou ainda um estacionamento arborizado, pois nestes espaços as árvores são meros objetos.

Ainda, segundo Gonçalves (1994), tem-se um quadro (Quadro 1) extraído de Galender (1982) que apresenta uma comparação entre praças e parques.

Quadro 1 – Comparação entre praças e parques

Elemento de estudo	Praça	Parque
Origem	Histórica	História
Função	Mercado, culto, esporte e política.	Lazer (ativo e passivo) com contraponto à cidade industrial
Manifestação	Espacial, resultante da malha urbana: dependência e funcional.	Independência espacial com relação a malha urbana.
Relação com o entorno	Inser-se na cidade: é definida morfológicamente pelas edificações.	Isola-se da cidade ou forma um corpo específico dentro do tecido urbano.
Relação espacial	O espaço se abre para a cidade, relaciona-se com o urbano, constituindo um fato urbano.	O espaço é contido em si mesmo. Envolve mais o indivíduo, como percepção espacial global.
Imagens urbanas	Espaço gerado pela cidade, aberto e inserido nela.	“Ilha” de amenização isolada, muitas vezes fechada para a cidade.
Inserção	Continuidade espacial.	Conjunto fragmentado com unidades.
Aspecto visual	Predomínio de piso construído/pavimentação.	Predomínio do elemento natural ou da vegetação.
Dimensões relativas ao tecido urbano	Pequenas.	Grandes.

Fonte: Galender (1982).

Nesse sentido, para o nosso trabalho têm-se os conceitos:

1) Jardim para espaços restritos, sendo públicos ou privados, com vegetação e coadjuvantes de uma edificação.

2) As praças são espaços públicos, com vegetação ou não, delimitados por vias públicas, como ruas, calçadas e ou avenidas.

3) Os parques são espaços públicos ou privados, compostos em sua grande parte por vegetação e fora da malha urbana e não dependente de uma edificação.

2.3. História de Juiz de Fora

2.3.1. Os primeiros caminhos às minas

A história da ocupação da região de Juiz de Fora pela Coroa Portuguesa, segundo Bastos (2004), inicia-se cerca de 200 anos após o Descobrimento, pois pertencia às “Áreas Proibidas dos Sertões Leste”. Tratava-se de uma grande quantidade de terras inexploradas e ocupadas por indígenas, onde a Coroa Portuguesa estimava haver riqueza de valores incalculáveis.

A ocupação do atual Estado de Minas Gerais inicia-se com a descoberta das minas de ouro pelos bandeirantes que saíam de São Paulo, segundo Lessa (1985). Ainda de acordo com o autor, “para percorrer estas veredas, em muitos trechos a carga carregada pelos burros tinha de ser transferida para o lombo da escravatura e o cavaleiro passava a puxar a alimária pela rédea, descendo sinuosos, escorregadios e estreitos caminhos, escurecidos pelo túnel vegetal formado entre o mato intrincado e as copas das árvores”.

Lessa (1985) relatou o caminho para Minas Gerais, que posteriormente ficou conhecido como Caminho Velho: “atravessava a Serra da Mantiqueira na chamada Garganta do Embaú (Cruzeiro); saía em Passa Quatro, já em território mineiro, e continuava rumando ao norte, passando por regiões que detêm os seguintes nomes atuais: Itanhandu, Baependi, Cruzília, Carrancas, Macuco, Rio das Mortes, São João del Rei, Tiradentes, Prados, Lagoa Dourada, Casa Grande, Lafaiete, Ouro Branco e Ouro Preto”.

Segundo compreende-se em Esteves (1915), o sertanista Garcia Rodrigues Paes tomou a iniciativa de solicitar ao Governador Dom Álvaro, em 1701, a autorização para abrir uma picada de Borda do Campo, no atual Estado do Rio de

Janeiro, até os altos da Serra da Mantiqueira, sendo chamado “Caminho Novo” para as Minas.

De acordo com Bastos (2004), Garcia entrou na área até então proibida, seguindo o Rio Paraibuna e encontrando a região que hoje se chama Juiz de Fora. “O certo é que, dois anos após, já tendo estabelecido o primeiro núcleo de povoamento, a que deu o nome de “Rocinha” (justamente o local ocupado hoje pelo bairro Santa Terezinha, no atual município de Juiz de Fora), encontra-se o bravo bandeirante em situação precária, falho de recursos financeiros e com poucos escravos, uma vez que um grande número havia fugido sertão adentro.”

Esteves (1915) apresenta uma cópia de uma carta do sertanista Garcia Rodrigues Paes para o Governador Dom Álvaro, onde solicita ajuda para terminar o acesso às minas de ouro. Era de interesse da Coroa Portuguesa um novo acesso da cidade do Rio de Janeiro às minas de ouro da colônia. Antes da estrada, era preciso viajar por mar para São Paulo. Durante essas viagens, segundo Lessa (1985), ocorriam constantemente abordagens por piratas marítimos.

Garcia passou o término da estrada ao seu cunhado, Domingos Rodrigues da Fonseca, que segundo Lessa (1985) a completa com quase cinco meses, numa empreitada total de quase sete anos. A Coroa Portuguesa recompensa Garcia com quatro sesmarias, e mais uma para cada um de seus quatro filhos. Domingos foi recompensado com uma sesmaria e nomeado “Cobrador das Estradas e Provedor dos Quintos”, cargo responsável pelos pedágios e pela coleta de impostos nas Estradas Oficiais da Coroa.

Segundo Bastos (2004), a sesmaria cedida à filha de Garcia, D. Antônia Teresa Maria Paes, esposa do Alcaide-mor Thomé Corrêa Vasques, foi onde surgiu o centro de primeiro povoamento, que mais tarde seria a cidade de Juiz de Fora.

2.3.2. O meritíssimo Juiz de Fora

A cidade de Juiz de Fora possui uma toponímia curiosa, onde o consenso é que as antigas terras que deram origem ao nome do município pertenceram a um Juiz de Fora.

Segundo Bastos (2004), a sesmária chamada do “Juiz de Fora”, que originou o nome da cidade de Juiz de Fora, foi uma das mais antigas, situadas entre as sesmarias do Alcaide-mor Thomé Corrêa Vasques e de João de Souza Fragoso.

Ainda segundo o autor, João de Souza Fragoso vendeu suas terras ao Juiz de Fora da cidade do Rio de Janeiro, Dr. Luís Fortes Bustamante e Sá, que segundo Lessa (1985) era irmão do concunhado do Alcaide-mor, daí o vínculo com a região.

Segundo Botti (1994), disponível em <<http://www.juizdefora.mg.gov.br>>, acesso em: 20 nov. 2005, “o cargo jurídico de Juiz de Fora foi trazido para as colônias americanas pelos colonizadores portugueses e espanhóis. A tradição ibérica assimilou essa função jurídica dos mouros, invasores da Península Ibérica, durante a Idade Média Ocidental. Os árabes, por sua vez, tomaram esse cargo jurídico das antigas Alexandrias, onde Alexandre, O Grande, instituiu essa função para que o juiz das Alexandrias, morando fora da comunidade urbana, pudesse julgar com isenção de pessoa”.

Não se tem relato de o referido juiz exercer a profissão nessas terras. A única menção que foi encontrada para justificar aqui a cultura popular é que o nome da cidade se refere a um juiz que vinha julgar aqui na cidade, conforme em Esteves, escrito em 1915.

Esse livro, denominado “Álbum do Município de Juiz de Fora”, é referência bibliográfica ideal para aqueles que se propõem a estudar a história da cidade. Após um grande trabalho de reprodução de muitos documentos antigos, pertencentes aos séculos XVII e XVIII, ele diz que, “segundo a voz da tradição, pertenceu a um magistrado que aí dava audiência – o Juiz de Fora”. Ao citar “a voz da tradição” ele passa toda a responsabilidade da história à memória oral da cidade.

Em Lessa (1985), constata-se que o doutor Luis Fortes Bustamante e Sá foi nomeado Juiz de Fora da cidade do Rio de Janeiro em 1711. Bastos (2004) relatou que durante a ocupação holandesa no Rio de Janeiro o Juiz de Fora fez acordos vergonhosos com os invasores, e a Coroa Portuguesa decretou sua expulsão da colônia, obrigando-o a refugiar-se no interior.

O Juiz de Fora adquiriu a sesmária em nossa região no dia 4 de agosto de 1713, e três meses depois, no dia 2 de dezembro do mesmo ano, ele perdeu o cargo.

Esteves (1915) e Lessa (1985) afirmam que o Juiz de Fora teria construído um casarão em sua propriedade, porém, segundo Bastos (2004), ele não chegou a construí-lo. Embasado em relatos de viajantes da época que descreviam o “Caminho Novo”, Bastos (2004) mostra que a propriedade do Juiz de Fora era um rancho e que o seu sucessor na sesmária não tem relato de ter ocupado algum casarão na nova terra, o que seria natural após adquiri-la (Figura 1).

Essa é a história mais coerente do famoso Juiz de Fora que este trabalho relata, para ajudar a desmistificar a toponímia da cidade e dar sua contribuição em esclarecer uma parte instigante do surgimento do município.

2.3.3. O Santo Antônio nessa história

Segundo Lessa (1985), “em 1737 o luso-espanhol Antônio Vidal já havia declarado, em documento oficial, que era possuidor de uma roça no Caminho Novo”. Em Bastos (2004), verifica-se que foi ele que construiu a primeira capela da região, edificada no atual bairro de Santo Antônio, justamente em homenagem a um santo de sua devoção: Santo Antônio de Pádua, porém ela foi posteriormente demolida. Surgiu daí o primeiro nome do atual município de Juiz de Fora: Santo Antônio do Paraibuna. Ainda segundo Bastos (2004), “na voz do povo, era Santo Antônio da Boiada ou Santo Antônio do Juiz de Fora”.

A construção da capela naquela época foi de suma importância para a vida religiosa dos habitantes do incipiente vilarejo, que segundo Bastos (2004) eram obrigados a se deslocarem mais de 30 km para ir à paróquia mais próxima, a da Nossa Senhora da Glória, no arraial de Simão Pereira.

A solicitação de Antônio Vidal à Mitra diocesana do Rio de Janeiro para construir a capela, segundo Lessa (1985), data de 1741. Para tal feito, a Igreja Católica recomendou que a edificação ficasse de frente para o Caminho Novo e próximo às casas construídas no vilarejo.



Figura 1 – Fazenda do Juiz de Fora. Foto do início do século XX, conforme Esteves (1915) e Lessa (1985) e questionada por Bastos (2004).

Lessa (1985) conta ainda que entre os anos de 1756 e 1764 Antônio Vidal adquiriu as terras dos herdeiros do Acaide-mor Thomé, falecido em 1718. Em dezembro de 1750 Antônio Vidal registrou seu testamento em um cartório do Rio de Janeiro, dizendo-se morador da “Fazenda do Juiz de Fora”. Dois de seus herdeiros seriam, no futuro, inconfidentes ao lado do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o grande herói da história, popularmente chamado de Tiradentes.

2.3.4. Os Inconfidentes por aqui

Heróis da Inconfidência Mineira freqüentavam o “Caminho Novo”, importante via que ligava o ouro das minas, principal riqueza do Brasil colônia, até a cidade do Rio de Janeiro, capital. Os cenários da Inconfidência não aconteceram exclusivamente na cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica; pela atual Juiz de Fora escorriam os ouros das minas.

A partir de 1778, no “Caminho Novo”, começou a ser observado pelas Alcaidemorias e pelos Registros de Passagem, que viajantes estavam desaparecendo durante o percurso da estrada. A notícia se espalhou, chegando a reduzir significativamente o tráfego (LESSA, 1985).

O autor relatou que circulavam na comunidade da época histórias de muita violência com quem se arriscava a chegar às minas pelo Caminho Novo. Mostrou também relatos de desaparecimento de grupos com até 15 pessoas e assassinatos a machadada na cabeça. Por quase cinco anos apenas grandes grupos, viajando de dia e com a segurança de armas em punho, atravessavam a via.

O Alferes Joaquim José da Silva Xavier foi o encarregado de investigar os latrocínios ocorridos pelo “Caminho Novo”. Lessa (1985) narra que, graças ao empenho de Tiradentes, em pouco tempo a segurança foi retomada na estrada, tendo sido presa a quadrilha responsável pelas atrocidades, e que o “Caminho Novo” passaria mais tarde a ser também o acesso para abastecer as regiões de Goiás e Mato Grosso, não mais apenas um caminho até as minas.

Bastos (2004) relatou ainda que Tiradentes foi proprietário de terras em na região, sendo sua roça chamada de “Rocinha Negra”. Citou ainda que o viajante Richard Francis Burton registrou a destruição dessa roça em 1842, por pertencer ao grande herói da Inconfidência Mineira.

Antônio Vidal teve dois filhos, proprietários também de terras na região, atual centro do município de Juiz de Fora, que segundo Lessa (1985), estiveram do lado de Tiradentes durante a Inconfidência Mineira: foram eles o padre Francisco Vidal e o médico Domingos Vidal; ambos declararam no julgamento ser moradores da “Fazenda do Juiz de Fora”.

2.3.5. A estrada de Halfeld

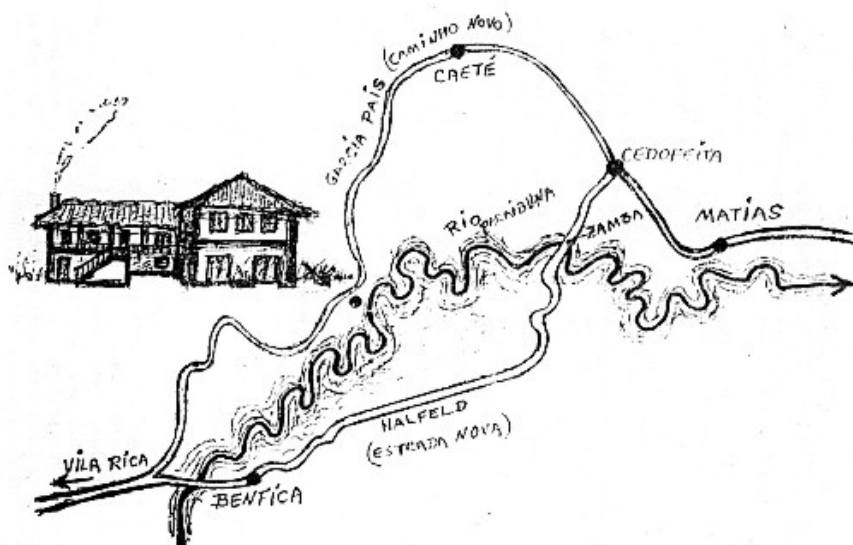
Segundo Bastos (2004), o lado direito do Paraibuna ainda era deserto e alagadiço, fruto das constantes enchentes do rio que assolaram a cidade até o século passado.

Segundo Lessa (1985), o jovem engenheiro alemão Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, com 28 anos na época, junto com sua esposa Dorotéia de 23 anos, embarcaram para o Brasil em 1830 para juntar-se ao Corpo de Tropas Estrangeiras do Exército Brasileiro. Lembra-se que a Independência do Brasil aconteceu em 1822.

Em 1836, o Presidente de Minas nomeia Halfeld engenheiro da Província e determina que ele melhore o acesso da capital Ouro Preto até a divisa do Rio de Janeiro, criando “A Estrada Nova do Paraibuna”. Halfeld aproveitou a maior parte do “Caminho Novo” (LESSA, 1985).

Bastos (2004) cita que “o olho clínico do ilustre engenheiro viu logo a melhor funcionalidade, passando a estrada para o lado direito (do Rio Paraibuna). E foi realmente o que se deu, o leito largo da estrada, numa reta de quilômetros, se transformou em avenida”, a atual Avenida Barão do Rio Branco, onde se localiza um dos objetos desta pesquisa: o Parque Halfeld.

A Figura 2 foi retirada de Lessa (1985) e mostra como o projeto de Halfeld agilizou a viagem Vila Rica/Rio de Janeiro, além de colocar a via em linha reta, o que era totalmente o oposto do “Caminho Novo”, que passava por montanhas e trilhas sinuosas.



Fonte: Lessa (1985).

Figura 2 – O “Caminho Novo” e a “A Estrada Nova do Paraibuna”.

2.3.6. A cidade de Juiz de Fora

Segundo Lessa (1985), em 1812, no cartório de Barbacena, município a que pertenciam as terras da atual cidade de Juiz de Fora, foi lavrada a venda da

Fazenda do Juiz de Fora (Figura 2) e da Fazenda do Marmelo por José Vidal a Antônio Dias Tostes.

Em 1839 faleceu em Ouro Preto Dona Dorotéia, primeira mulher do engenheiro Fernando Halfeld, nessa ocasião já naturalizado brasileiro. Dorotéia estava há 14 anos no Brasil, era mãe de oito filhos e tinha 39 de idade (Lessa, 1985).

Um ano após o falecimento da primeira esposa, Halfeld casa-se com a filha de um dos Tostes, com 18 anos de idade e herdeira da Fazenda do Juiz de Fora, por onde passa a imponente reta da “Estrada Nova do Paraibuna”. Começou em 1841 a adquirir as terras alagadiças dos cunhados, passando inclusive a ter fama de inexperto, como relata Lessa (1985).

Narra Bastos (2004) que espontaneamente começou-se a surgir as construções pela magnífica reta da “Estrada Nova de Minas”. Ao longo do desenvolvimento da estrada, o “Caminho Novo” era freqüentado apenas pelos moradores das antigas fazendas por ele cortado, pois todo o tráfego foi desviado para o novo acesso.

Daí surgiu o município de Juiz de Fora, nas terras do então Comendador Halfeld, título adquirido por serviços prestados ao menino Imperador Dom Pedro II, combatendo ao lado das Tropas Imperiais contra um levante ocorrido em Minas. Para as margens da nova estrada foi transferida a antiga Capela de Santo Antônio, atual catedral do município, e todo o vilarejo por ali se desenvolveria.

2.3.7. A estrada de rodagem de Mariano Procópio

Em 31 de maio de 1850, segundo Bastos (2004), a Vila de Santo Antônio foi elevada a município, e nessa ocasião retorna de longa viagem à Europa e aos Estados Unidos Mariano Procópio Ferreira Lage, fazendeiro residente do atual município de Goianá, com 28 anos de idade e enorme influência na corte imperial.

Trazendo novas técnicas de construção de estradas, propõe, com sua influência, a construção de um novo acesso, uma terceira estrada na história de Juiz de Fora. Uma estrada mais moderna, larga, com pavimentação em macadame, revestimento aplicado nas rodovias americanas, criado por Mac

Adam, composto por saibro e areia grossa comprimidos a rolo sobre brita, por onde poderiam deslocar mais facilmente mercadorias e passageiros, e seriam cobrados pedágios. Da mesma maneira como acontece hoje com a rodovia que liga Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, que é administrada pela empresa CONKER, Mariano Procópio criou a “Companhia União e Indústria”.

Foi uma obra, como relata Bastos (2004) (Figura 3), não só gigantesca, mas que teve requintes de magnitudes. A estrada foi um marco na engenharia brasileira, recebendo elogios no mundo todo. Lessa (1985) relatou notícias da época que dizia que, graças à nova estrada, reduziu-se o tempo de viagem de Juiz de Fora até o Rio de Janeiro de 12 dias para apenas dois dias, de carruagem.



Fonte: disponível em: <<http://www.juizdefora.mg.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2005.

Figura 3 – Ponte construída por Mariano Procópio na Estrada União Indústria.

Atualmente, passa a Avenida Getúlio Vargas por ela. Mariano Procópio não quis utilizar a magnífica reta criada por Halfeld, inclusive tentou em várias ocasiões criar um novo centro para a cidade. O pedágio da estrada chegou ao fim com a constante reclamação de figuras importantes no Império, residentes em Juiz de Fora, que alegavam que a cobrança estava impedindo o desenvolvimento da cidade. Como consolação, o Imperador nomeou Mariano Procópio gerente da Estrada de Ferro Dom Pedro II.

2.3.8. A construção do Parque Halfeld

O atual Parque Halfeld teve seu espaço definido, segundo Esteves (1915), quando foi adquirido do engenheiro Halfeld pela Câmara Municipal, primeiramente um terreno para a construção da sua sede e das repartições municipais em 1853. Um ano depois, foi adquirida também uma grande área para a construção do largo municipal, futuro Parque Halfeld.

Segundo relato de Passaglia (1982), “as casas da Câmara e Cadeia, agenciadas numa praça, definindo assim o núcleo cívico” (*sic*) e “tendo testada fronteira do Largo Municipal, determinando o alinhamento das Ruas Califórnia (Rua Halfeld abaixo da Av. Rio Branco), da Câmara (Rua Halfeld acima da Av. Rio Branco), e a testada dos fundos, a Rua Santo Antônio, cujo alinhamento também balizava com o adro da então Capela de Santo Antônio” (Figura 4). De acordo com o autor, o atual Parque Halfeld foi o primeiro lugar público construído, e segundo Oliveira (2001), era o lugar onde se instalavam as companhias de circos de cavalinhos, touradas ou cavalhadas, quando vinham à cidade.



Fonte: Monachesi, arquivo particular.

Figura 4 – Rua Halfeld em 1860.

Com base no memorial de tombamento do Parque Halfeld como Patrimônio Histórico e Cultural Municipal, o largo municipal não recebia tratamento algum por parte dos agentes municipais, eram os próprios promotores

dos eventos que realizavam a capina “já que seria impossível se apresentarem em meio ao matagal”.

Em 1880, segundo Passaglia (1982), a Câmara contratou o arquiteto Miguel Antônio Lallemon para elaborar o projeto paisagístico da praça, e a execução ficou a cargo de Júlio Monfá e André Alfeld (este sobrenome Alfeld aparece em Oliveira, 1975, e em Passaglia, 1982, sem a letra “h”).

Essa obra não agradou nem a população, que perdeu o único espaço que a cidade possuía para receber circos e parques de diversão, e nem aos membros da Câmara, que contrataram os executores que não obedeceram ao projeto paisagístico e utilizaram materiais de construção de qualidade inferior à contratada.

O Coronel Francisco Mariano Halfeld, filho do engenheiro Halfeld, por iniciativa própria contratou a construtora Pantaleone Arcuri e Spinelli para realizar a reforma do largo municipal, criando um jardim em estilo inglês.

Segundo o nosso entrevistado Pedro Ladeira Halfeld (5/11/2005), o Coronel Francisco Halfeld ficou muito satisfeito com a obra e deixou para a prefeitura uma fazenda na região do atual bairro Linhares, cujos lucros cobririam toda a despesa de manutenção do novo jardim.

Em 31 de janeiro de 1901, uma resolução municipal de número 472 muda a denominação Largo Municipal para Parque Coronel Francisco Mariano Halfeld, como está gravado em um monumento dentro do Parque.

2.3.9. A construção da Praça da Estação

A Praça da Estação surgiu como um largo na frente da parada de trem, muito incipiente, chamada de estribo, por não chegar a ser ainda uma estação, apenas uma plataforma elevada e sem cobertura.

A estrada de ferro chegou à cidade graças à iniciativa de Mariano Procópio, que com a perda da concessão do pedágio da Estrada União e Indústria foi nomeado pelo Imperador Dom Pedro II, como consolação, diretor geral da mesma, como narra Bastos (2004).

Mariano Procópio sempre quis levar todas as construções para perto de suas propriedades, atual bairro da cidade que leva o seu nome. A Estação

Ferrovária não foi diferente; logo que iniciou as obras ele doou um terreno para a sua construção. Tal fato, segundo Lessa (1985), gerou grande revolta entre os habitantes da cidade, pois iria dificultar a vida dos habitantes, pelo fato de a estação estar construída a quase 3 km do centro da cidade. Mariano Procópio chegou a construir uma estação ferroviária em suas terras.

A guerra estava declarada, segundo Lessa (1985), a população se mobilizou para construir uma estação no atual centro da cidade. Bastos (2004) salientou que “o trem passava correndo sem dar a mínima atenção aos moradores do centro da cidade, onerando-os, pois teriam que pagar condução, para si e para as mercadorias”. Esteves (1915) relatou que várias pessoas fizeram doações para que a Câmara Municipal conseguisse, primeiro desapropriar as casas construídas no local escolhido e, mais tarde, pudesse construir uma estação ferroviária compatível com o município, não apenas uma humilde parada no modelo de estribo.

Em 1880, segundo Esteves (1915), a Câmara doa um terreno à Estrada de Ferro Dom Pedro II para que ajardine o Largo da Estação. Segundo Oliveira (1975), no dia 25 de dezembro de 1907 é inaugurado na Praça da Estação o busto do Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld, principal fundador da cidade. Em 1923 o Parque Halfeld sofre uma grande reforma, que posteriormente será abordada neste trabalho e o busto de Halfeld da Praça da Estação é transferido para o Parque que leva o nome de seu filho, e no local é instalado o busto do Dr. João Nogueira Penido, médico influente na cidade, que foi o fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de fora, ex-vereador e ex-deputado federal.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Área de estudo

O município de Juiz de Fora está localizado no sudeste do Estado de Minas Gerais; Mesorregião Geográfica da Zona da Mata mineira (Figura 5) latitude 1° 41' 20" sul e longitude 43° 20' 40" oeste (Estação climatológica da Universidade Federal de Juiz de Fora). Faz limites ao norte com Ewbank da Câmara e Santos Dumont, a nordeste com Piau e Coronel Pacheco, a leste com Chacarará e Bicas, a sudeste com Pequiri e Santana do Deserto e ao sul com Matias Barbosa e Belmiro Braga (Figura 6).



Fonte: disponível em: <<http://www.juizdefora.mg.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2005.

Figura 5 – Localização do município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais e no Brasil.



Fonte: disponível em: <<http://www.juizdefora.mg.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2005.

Figura 6 – Cidades dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro próximas a Juiz de Fora.

Juiz de Fora possui um clima tropical de altitude, apresentando duas estações bem definidas: uma que vai de outubro a abril, com temperaturas mais elevadas e maiores precipitações pluviométricas, e outra de maio a setembro, mais fria e com menor presença de chuvas.

Seu relevo é bastante variado, com colinas côncavo-convexas e vales, com altitudes compreendidas entre 700 e 900 m, característico do Vale do Paraíba do Sul e dos contrafortes da Serra da Mantiqueira.

Seus principais rios são o Paraíba e seus afluentes, o Peixe e o Cágado, todos integrantes da Bacia do Paraíba do Sul.

O município de Juiz de Fora possui uma população que ultrapassa hoje 500 mil habitantes, estando grande parte da população (99%) concentrada na área urbana do município, segundo dados do site oficial da Prefeitura Municipal, obtidos em 22 de novembro de 2005 .

3.2. Objeto de estudo

Juiz de Fora possui no centro urbano dois grandes espaços públicos, um chamado oficialmente de parque, apesar de conceituado nesse trabalho como praça, e um outro chamado de praça, mas que exerce a função urbana de apenas passagem, não sendo convidativa à permanência prolongada aos habitantes da cidade.

Na Figura 7, observa-se uma linha em destaque que enfatiza a Rua Halfeld, dividida em parte alta, calçadão e parte baixa, que liga os dois objetos desta pesquisa. O maciço vegetal que se pode visualizar como sendo de maior densidade vegetal é o Parque Halfeld (ponto A, na Figura 7) e o mais discreto é a Praça Doutor João Penido (ponto B, na Figura 7), que neste estudo será chamada como a maioria dos habitantes da cidade a denomina, de Praça da Estação.



Figura 7 – A linha em destaque é a Rua Halfeld, e as setas apontam para os dois objetos de estudo.

A Rua Halfeld é uma das mais importantes da cidade de Juiz de Fora. Segundo Esteves (1915), foi aberta em 1854 e seus trechos já foram chamados de Rua Califórnia, Rua da Câmara, Rua da Academia, Rua Nova e agora, do início ao fim, de Rua Halfeld, em homenagem ao fundador da cidade, o engenheiro Henrique Halfeld.

Atualmente pode ser descrita como plural, pois possui luxuosos restaurantes, bares muito degradados e um comércio variado. Partindo da parte baixa, Em seu início, próximo ao Rio Paraibuna, são observadas construções simples, de até dois andares. Após atravessar a ponte sobre o mesmo rio, encontra-se a Estação Ferroviária, que atualmente está desativada. Na frente da Estação está o primeiro objeto deste estudo, a Praça Dr. João Penido, com seu entorno composto por edifícios históricos, tombados como patrimônio cultural da cidade. Adiante, observa-se a parte baixa da Rua Halfeld, com seu comércio denso, atendendo predominantemente à classe social mais baixa, apesar da lenta ocupação por empresas com o perfil de atender às classes sociais A e B, como dois hotéis, um colégio particular e a venda de artigos de papelaria por atacado.

Entre a Avenida Getúlio Vargas, e a Avenida Barão do Rio Branco, encontra-se o “calçadão”, que é definido como uma rua onde é proibido o tráfego de veículos, com exceção de veículos de serviços públicos e de transporte de valores para as instituições financeiras. Esse trecho é de grande importância para a cidade, pois possui um conjunto arquitetônico variado. (Figura 8)



Figura 8 – Fotografia do Parque Halfeld observado pelo calçadão da Rua Halfeld.

O calçadão é o eixo principal do comércio varejista de Juiz de Fora. Composto por outros calçadões em ruas vizinhas à direita e à esquerda, interligados por um conjunto de várias galerias e edifícios comerciais, representa para a cidade um shopping a céu aberto. A democratização e a imposição desse espaço, em relação aos demais locais da cidade, vêm inviabilizando

comercialmente o funcionamento de um *shopping center* como em outras cidades do mesmo porte. O calçadão é palco de shows, de manifestação política eleitoral, de protestos e de encontro de amigos.

Após atravessar a Avenida Rio Branco, continuando como calçadão, encontram-se o Parque Halfeld, e a antiga sede da prefeitura municipal, onde hoje funcionam uma central de atendimento aos habitantes da cidade e a sede da secretaria de cultura do município.

Continuando o percurso, observa-se o prédio onde funcionou o Fórum e a Câmara Municipal, atualmente ocupado somente por vereadores. Ao lado inicia-se a parte residencial da rua. De frente para a exuberância das árvores do Parque encontram-se ainda edifícios de grande porte, com mais de dez andares, que atendem às classes sociais A e B.

Em seguida, inicia-se a terceira parte da rua, a parte alta, composta por edifícios residenciais que atendem à classe social B e a repúblicas de estudantes, pela Igreja de São Sebastião, pelo pequeno comércio e pela centenária escola católica Academia de Comércio.

Mais ao alto a ocupação é residencial, com casas em bom acabamento, ocupadas por famílias das classes A e B. Em seu final, encontram-se um edifício destinado ao atendimento médico e algumas residências.

3.2.1. Estudo de caso 1: Parque Halfeld

O Parque Halfeld é de extrema importância para a comunidade juizforana pelo seu contexto histórico, pela facilidade de acesso, por localizar-se na parte central da cidade, possuindo várias espécies arbóreas e arbustivas, e por abrigar também monumentos pertencentes à história da cidade.

Devido ao reduzido número de estudos sobre sua influência na vida das pessoas e as principais transformações ocorridas desde a sua criação até os dias atuais, tornam-se cada vez mais imprescindíveis pesquisas que analisem suas funções, acompanhem suas transformações e o direcionem para a melhor interação com a evolução social e suas dependências com o mesmo.

A população idosa está presente na maior parte do dia, envolvida em jogos de baralhos e dama, além de grupos de idosos que passam o tempo conversando entre si. As crianças frequentam a parte da manhã, usando uma área com brinquedos do próprio parque e o pátio central, longe do trânsito, para andar de bicicleta infantil e velotrol. Encontram-se também alguns jovens namorando. Observa-se que a maior parte dos frequentadores jovens, adultos e idosos do parque é de pessoas de baixa renda e que as crianças pertencem a famílias de bom poder aquisitivo, acompanhadas de mães ou babás.

O Parque Halfeld possui como entorno uma das regiões de maior valor comercial da cidade, cercado por edifícios públicos, como Fórum, Câmara Municipal, Secretaria Municipal de Cultura, Igreja Católica, Igreja Principal Metodista, a sede do Instituto Nacional de Seguridade Social e edifícios residenciais e comerciais.

Possui uma área geográfica de 14.740 m², com exuberante cobertura vegetal, sendo a sua dimensão de 110 m no sentido da Avenida Barão do Rio Branco e 134 m no sentido da Rua Halfeld. É limitado ao sul pela Rua Halfeld, a leste pela Santo Antônio, a norte pela rua Marechal Deodoro e a oeste por uma das principais avenidas da cidade, a Avenida Barão do Rio Branco.

3.2.2. Estudo de caso 2: Praça da Estação

O outro estudo de caso é a Praça Doutor João Penido, popularmente conhecida como a Praça da Estação. Preferiu-se neste trabalho utilizar a denominação popular pelo apelo que este nome representa à cidade e por ser o seu verdadeiro nome pouco conhecido pelos habitantes do município. Assim, é um elemento urbano importante, reflexo do desenvolvimento da cidade, impulsionado pela estrada de ferro desde o final do século XIX.

A Praça da Estação possui em seu entorno um acervo de edifícios históricos importantes para a cidade, sendo esse um dos poucos pontos onde se pode contemplar uma perspectiva visual que resgata uma percepção de espaço pertencente ao final do século XIX.

Passaglia (1982) relatou que a ocupação do largo, após a construção da estação ferroviária, apresenta edifícios com “um padrão plástico filiado ao ecletismo então vigente, principalmente o neoclássico e o *art-nouveau*”.

A praça possui 3.760 m², fazendo divisa a leste com 85 m lineares com a Rua Paulo de Frontain; ao sul com 60 m lineares, com a Rua Halfeld, e a noroeste, com quase 100 m lineares, com a Avenida Francisco Bernardino.

A partir de 1985, como levantado em entrevista com o engenheiro da Rede Ferroviária Federal, Manoel Marcos Monachesi, não mais existiam as linhas de passageiros que faziam o trajeto Rio de Janeiro – Belo Horizonte. Essas linhas, principalmente as noturnas, eram de grande atração nas noites da cidade, quando ainda não eram popularizados o rádio e a televisão.

Com o fim das linhas e de seu fascínio pela população, veio a decadência dessa região do centro da cidade. Hoje, em seu entorno há um cinema especializado em filmes para adultos, a sede da Associação Comercial, um hotel que funciona como motel, além de comércios populares, todos em edifícios históricos tombados pelo patrimônio municipal. O antigo prédio da Estação Ferroviária Central do Brasil continua funcionando como um museu, e a Associação dos Antigos Funcionários da Rede Ferroviária Federal funciona em seu único edifício de arquitetura moderna.

A Praça da Estação encontra-se hoje na parte do centro da cidade conhecida como “parte baixa” pela população da cidade, onde o comércio, o serviço e as linhas de ônibus urbano, em sua maioria, visam atender aos bairros mais carentes de Juiz de Fora.

Observou-se que essa praça é utilizada no período diurno pelo juizforano como um local de passagem e durante a noite é usada por segmentos marginalizados pela sociedade, como, travestis e garotas de programa.

Porém, para a classe política da cidade, ainda é considerada como um dos locais favoritos à realização de comícios em campanhas eleitorais, pela sua simbologia do passado e pela sua dimensão, que facilmente aparenta estar cheia de eleitores.

Distante fisicamente uma da outra quase 650 m, e também socialmente separadas, a boa lembrança do passado ficou apenas com o rígido e exuberante Parque Halfeld, graças à sua ímpar vegetação, que de tão rica e variada não se enxerga de um extremo ao outro.

Com esses dois objetos de estudo, tão próximos, mas que ao mesmo tempo parecem estar de costas um para o outro, com perspectivas de futuro tão diferentes, este trabalho foi desenvolvido.

3.3. Metodologia

O trabalho é dividido em três recortes temporais para cada objeto de estudo, sendo o primeiro a construção, o segundo o seu estado no cadastramento municipal de 1945 e o terceiro recorte, os dias atuais.

Para o desenvolvimento do trabalho e dos estudos sobre o Parque Halfeld buscou-se aqui realizar uma revisão aprofundada em literaturas específicas que abordassem os tópicos conceituais de áreas verdes, espaços públicos, parques, praças e a sua importância para as cidades em seu potencial paisagístico e de transmitirem sensações de bem-estar à população.

Também foi elaborada uma pesquisa detalhada sobre a história do Parque Halfeld, e da Praça Doutor João Penido, (Praça da Estação), desde as suas aquisições pelo poder público, a evolução dos seus traçados, até os levantamentos botânicos, que contaram com a colaboração do engenheiro florestal Marco Aurélio Lopes Procópio aos locais, com a finalidade de obter um registro das plantas existentes no parque e na praça.

Foram realizadas também visitas aos arquivos históricos do Museu Mariano Procópio e ao Arquivo Histórico Municipal, ambos mantidos pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – Minas Gerais, onde foram pesquisados fotos antigas, documentos e mapas que contribuíssem para a melhor forma de entender as transformações e mudanças ocorridas nos objetos de pesquisa. Em 1945, a Prefeitura Municipal realizou um cadastramento total de sua documentação, que se encontrava no arquivo morto das repartições municipais, até levantamentos topográficos e arquitetônicos da cidade naquele momento.

Foram entrevistados alguns moradores da cidade, sendo eles o ex-prefeito Melo Reis (22/11/2005); funcionários públicos de carreira da ativa e aposentados, como o engenheiro florestal Marco Aurélio Lopes Procópio, Chefe da Divisão de Parques e Jardins da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (várias reuniões durante o mês de outubro e novembro de 2005); Dr. Henrique Soares Siqueira, funcionário aposentado da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (12/11/2005); o descendente da família Halfeld, o senhor Pedro Ladeira Halfeld (05/11/2005), em sua loja na rua Floriano Peixoto. Foram entrevistados também o engenheiro eletricista Manoel Marcos Monachesi, funcionário aposentado da Rede Ferroviária Federal (durante o mês de outubro e novembro); e Christiane Panissoli Travassos (durante o mês de outubro), do Departamento de Programação e Projetos Urbanísticos da Secretaria de Política Urbana da Prefeitura de Juiz de Fora.

As entrevistas realizadas foram desenvolvidas da seguinte forma: primeiramente utilizando o método “bola-de-neve” utilizado por Minayo (1996), onde um entrevistado sugere um outro mais antigo, que tenha mais condições de contribuir com a pesquisa.

O questionamento aos entrevistados aconteceu em cinco etapas. Na primeira, o entrevistado respondia a respeito de seu nome, das profissões que desenvolveu e o tempo de moradia em Juiz de Fora, para confirmar se ele poderia ter informações relevantes a este trabalho.

A segunda iniciava-se com a apresentação por parte do pesquisador de fotos antigas, mapas, projetos, levantamentos arquitetônicos e através de questionamentos a respeito dos objetos arquitetônicos e paisagísticos e dos principais motivos das modificações.

A terceira parte foi reservada para conferir as informações apresentadas pelos demais entrevistados; no caso de haver algum ponto não-abordado pelo entrevistado presente, o pesquisador o questionava para verificar a veracidade de uma informação apresentada por outro entrevistado, tendo assim condições de conferir os dados apresentados.

Na quarta parte, o pesquisador perguntava se o entrevistado gostaria de relatar algum fato que ele julgasse relevante para o estudo dos objetos deste trabalho.

A quinta etapa abordou a compreensão do costume da época, pertinente à idade e lembrança dos entrevistados, focalizando como era o cotidiano no centro da cidade, sua relação com as áreas de estudo no passado e quando foi o ocorrido.

Nessas entrevistas, elaborou-se uma ata contendo os assuntos importantes para a pesquisa, e em cada novo encontro era elaborada uma nova ata, para auxiliar na formatação e identificação de quem forneceu tal informação, o que infelizmente não constava em livros ou periódicos da época. Acontecimentos do cotidiano nesse dois espaços raramente foram registrados pela imprensa ou por autores locais.

Em outra fase do trabalho utilizou-se o levantamento de planta cadastral de Juiz de Fora do ano de 1945, buscando investigar a arquitetura e urbanismo da região central da cidade.

Foi realizada uma pesquisa detalhada do projeto de reforma da Praça da Estação, executado em julho 2003, sendo os autores os arquitetos Christiane P. Travassos e Frederico B. Halfeld. No projeto de reforma do Parque Halfeld, executado em junho de 1998, os autores foram os arquitetos Leonardo S. de Paula e Frederico B. Halfeld. Foi elaborado também um levantamento fotográfico *in loco* na Praça da Estação e no Parque Halfeld, possibilitando delinear melhor o perfil das mudanças ocorridas desde a fundação do Parque Halfeld e a construção da Praça da Estação.

O levantamento arbóreo foi realizado com a contribuição da equipe da Prefeitura de Juiz de Fora responsável pela manutenção do Parque Halfeld, através do engenheiro florestal Marco Aurélio Lopes Procópio e do jardineiro, senhor José Francisco do Santos.

Os diagnósticos da situação atual dos objetos de estudo deste trabalho foram realizados pelo próprio pesquisador desta dissertação, profissional de Arquitetura e Urbanismo, mora na cidade há 14 anos e conhece bem as áreas de estudo por ele determinadas.

O levantamento fotográfico foi realizado, focando o ângulo de observação de um adulto de estatura mediana.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. O Parque Halfeld

4.1.1. Recorte 1: da inauguração até 1930

No dia 31 de janeiro de 1901, a Resolução Municipal nº 472 muda a denominação Largo Municipal para Parque Coronel Francisco Mariano Halfeld, segundo está gravado em um monumento dentro do parque. Posteriormente, contratou-se a construtora Pantalleoni Arcuri e Spinelli para a reforma do parque, como relatado por Esteves (1915).

Juiz de Fora era conhecida no início do século XX como a *Manchester* mineira, em alusão à próspera cidade inglesa que foi berço da Revolução Industrial. Segundo Oliveira (1975), nota-se a expansão da cidade por meio do seu crescimento populacional, Juiz de Fora possuía, em 1901, cerca de 18.055 habitantes, e apenas 17 anos depois, em 1918, atingia 60.000 habitantes no perímetro urbano.

A reforma do antigo Largo Municipal, transformando-o em Parque Halfeld, apresentou o seguinte projeto (Figura 9) de autoria da construtora contratada.



Fonte: autor da pesquisa.

Figura 9 – Foto de parte do desenho original para implantação do Parque Halfeld, de autoria da Construtora Pantaleoni Arcuri e Spinelli.

O estilo encomendado pelo Coronel Francisco Mariano Halfeld foi o inglês. Percebe-se pelo projeto um traçado pobre no estilo inglês, que apresenta caminhos retos e simetria das linhas, como também distribuição rígida dos maciços arbóreos e arbustivos, não transmitindo a intenção principal do referido estilo, que é de simular um ambiente natural.

Ao contrário, no estilo inglês, segundo Lima (1987), deveriam predominar as linhas curvas das alamedas, que através da alternância de maciços de vegetação, conduz ora à observação de pontos de destaque, através de espaços vazios, e também impede totalmente a vista do observador, através da implantação de maciços arbóreos e arbustivos densos em locais estratégicos, causando a impressão de se estar caminhando dentro de uma mata fechada.

No jardim, segundo o memorial de tombamento do Parque Halfeld como bem cultural da cidade de Juiz de Fora, foi executado “o levantamento de canteiros, aberturas de ruas, fechamento de outras (do projeto executado em 1880), um pavilhão central, uma casa para a guarda do jardim, repuxos, lagos, pontes, casas rústicas, reforma do gradil e demais embelezamentos do referido logradouro” (Figura 10).



Fonte: autor da pesquisa.

Figura 10 – Foto de parte do desenho original para implantação do Parque Halfeld, de autoria da Construtora Pantaleoni Arcuri e Spinelli, mostrando o projeto da edificação, da casa rústica e do chafariz.

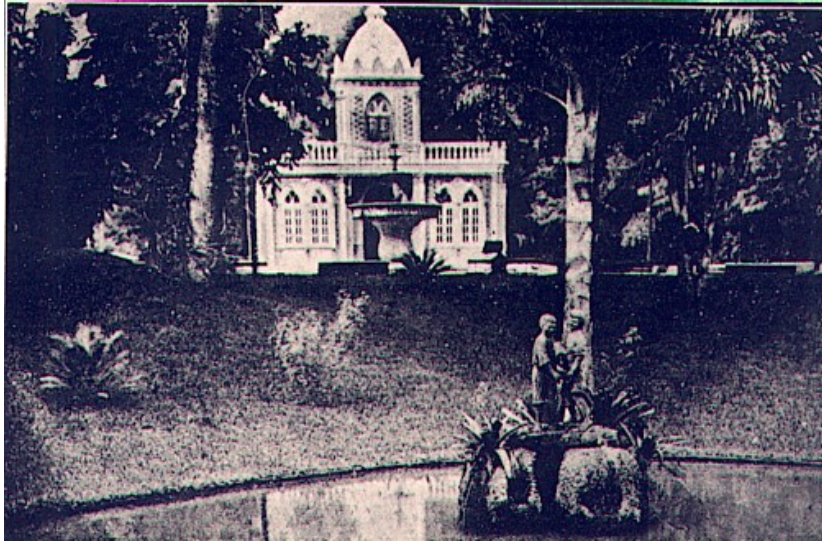
Os lagos e pontes citados no contrato não foram contemplados no projeto. Pela observação da Figura 11 e pelo relato do ex-prefeito Mello Reis², nas proximidades com a Avenida Rio Branco o terreno era de nível mais baixo que a referida avenida. Nessa parte havia, como também mostra a Figura 11, um lago com chafariz em primeiro plano que não consta do projeto original.

A água que abastecia a cascata pertencia a uma fonte originada atrás da atual construção do Teatro Carlos Magno, distante do Parque Halfeld cerca de 150 m em direção ao Morro do Imperador.

No projeto aparece a choupana, existente até os dias de hoje, construída em concreto armado, imitando materiais rústicos como bambu e sapê. O concreto armado foi utilizado também para confeccionar imitações de pedras na cascata e em uma gruta.

A partir de 1915, segundo Oliveira (1975), passa a funcionar na edificação construída para guarda e manutenção do jardim a Biblioteca Municipal, com 2.800 livros (sic).

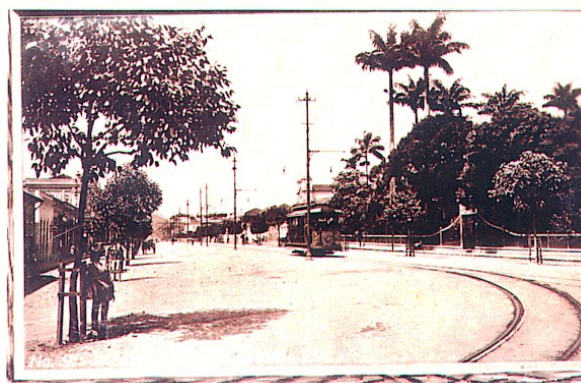
² Comunicação pessoal em entrevista concedida em 22/11/2005.



Fonte: Monachesi, arquivo pessoal.

Figura 11 – No primeiro plano da imagem observa-se uma escultura dentro do lago, o que não consta do projeto; no segundo o chafariz projetado e ao fundo da imagem a construção para uso da equipe de manutenção do parque.

Na Figura 12 observa-se um gradil que cercava todo o Parque, palmeiras imperiais e grandes maciços vegetais já formadas. Percebe-se que o ambiente, intencionalmente, transmite uma sensação de ambiente natural, como de um parque florestal. Não é do cotidiano do juizforano questionar se o Parque Halfeld na verdade não deveria se chamar Praça Halfeld, conforme conceito especificado na revisão bibliográfica.



Fonte: Monachesi, arquivo pessoal.

Figura 12 – Vista do Parque Halfeld pela atual Avenida Barão do Rio Branco, foto de 1907.

A seguir, podem ser observadas algumas fotografias que mostram o entorno do Parque Halfeld quando ele foi reinaugurado em 1902. Observam-se, na Figura 13, duas construções existentes à época da inauguração até os dias atuais. Na leitura da fotografia nota-se que não existia na ocasião arborização na via, apenas um único espécime de palmeira imperial. Na atual Avenida Barão do Rio Branco havia uma alameda da árvore de jalão.

Os edifícios que foram construídos nessa parte do centro da cidade pertencem ao estilo de arquitetura eclético, possuindo vários ornamentos em sua fachada. Com exceção do edifício da atual Câmara dos Vereadores, os demais não possuíam recuo do alinhamento da rua.



Fonte: Monachesi, arquivo pessoal.

Figura 13 – A esquerda está o edifício-sede da Câmara dos Vereadores e a direita, a atual loja Arpel.

Juiz de Fora, como grande parte das cidades originadas na ocasião da colonização do Brasil, traz uma cultura religiosa fortemente católica, sendo esta reflexo da herança da Coroa Portuguesa. A vinda dos trabalhadores estrangeiros para a construção da Estrada União e Indústria e posteriormente para as fábricas que surgiam gerou grandes preocupações aos padres da época, por serem eles, predominantemente, de religião protestante.

Mariano Procópio, segundo Lessa (1985), foi procurado por autoridades eclesiásticas para que não mais contratasse estrangeiro protestante. Sua resposta foi que ele não contratava mediante religião, e que havia quantidade semelhante de católicos e de luteranos. Propôs ainda a construção, por sua despesa, de um templo católico, um outro luterano e uma escola conjunta.

O início da convivência das Igrejas Metodista e Católica na cidade, durante o final do século XVII, foi muito difícil para ambas as partes. Segundo Lessa (1985), pastores metodistas consideravam publicamente os católicos hereges, sendo a recíproca verdadeira.

O largo municipal na época foi palco de conflitos entre católicos e metodistas. Lessa (1985) relatou que em duas ocasiões houve conflito entre os dois grupos religiosos, que se agrediram verbal e fisicamente. Numa das ocasiões, 17 de janeiro de 1891, após os pastores metodistas realizarem diversas publicações no jornal da época e pregações acusando a missa cristã de ser uma heresia, que os padres desejavam escravizar o povo e que os “papistas nada entendem de Bíblia”, uma multidão de católicos exaltados atacou-os com insultos e pedradas até a Praça da Estação, tendo sido necessária a intervenção de policiais, os quais, ainda segundo o autor, também foram atacados.

No dia 16 de outubro de 1927 foi inaugurado o Templo da Igreja Metodista do Brasil na frente do Parque Halfeld (Figura 14), representando uma atitude por parte dos metodistas de afirmação social na cidade. A disputa entre as religiões passou a ser exclusivamente no campo educacional, representado por várias Escolas Católicas e o Instituto Granbery da Igreja Metodista.



Fonte: autor da pesquisa.

Figura 14 – Foto atual dos Templos Metodista e Católico no Parque Halfeld.

Em 1923 foi transferido da Praça da Estação para o Parque Halfeld o busto do fundador da cidade, o Comendador Henrique Halfeld, além de ter sido retirado o gradil que envolvia o parque, entre outras obras (Figura 15).



Fonte: Monachesi, arquivo pessoal.

Figura 15 – A atual Avenida Barão do Rio Branco em fotografia do ano de 1928 e a atual Rua Halfeld em fotografia do ano de 1938.

Ainda não consta na literatura uma análise em relação ao novo projeto do Parque Halfeld. Alguns equipamentos instalados e, ou, construídos, além de árvores plantadas pela construtora Pantaleoni Arcuri e Spinelli, estão presentes até os dias de hoje. Estas obras persistiram às mudanças ocasionadas pelas construções que vieram a seguir, por exemplo, o coreto de estrutura metálica, inaugurado em 14 de março de 1938, segundo Oliveira (1975). As pessoas entrevistadas nesta pesquisa, os senhores Mello Reis e Pedro Halfeld, não se lembram de ter visto esse coreto na década de 1940.

4.1.2. Recorte 2: 1945, o primeiro cadastramento municipal até 1960

Entre 1945 e 50 a Prefeitura de Juiz de Fora cadastrou todo o centro da cidade. Observa-se na Figura 16 uma cópia do levantamento do Parque Halfeld. Nesta planta, aparecem já algumas características do estilo inglês em seu traçado. Pelo levantamento fotográfico do item 4.1.1, e por meio da Figura 16, percebe-se o formato sinuoso do curso d'água e um maior número de caminhos em formato orgânico ou retas curtas.

Curso d' água

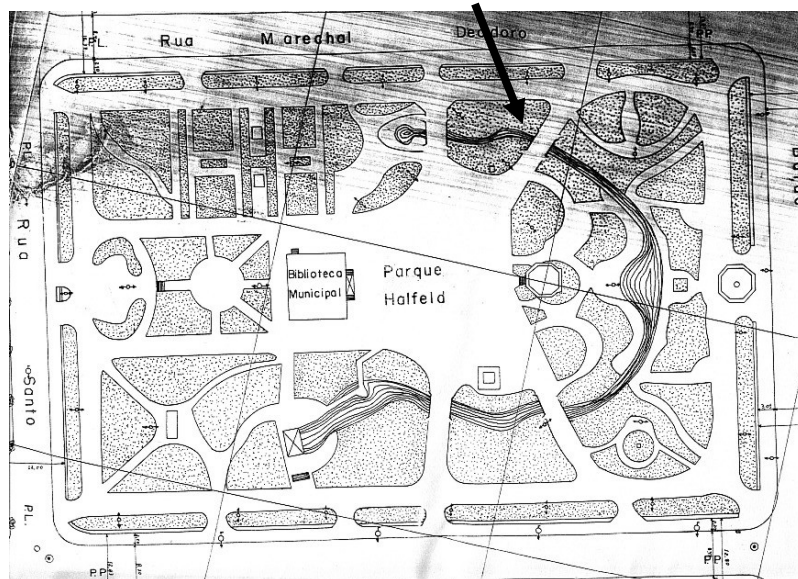


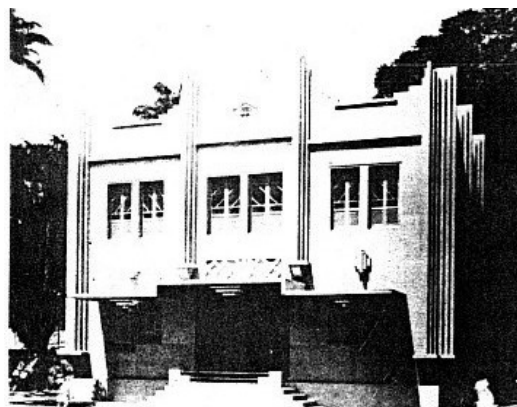
Figura 16 – Cadastramento realizado em 1945, pela prefeitura municipal de Juiz de Fora do Parque Halfeld.

O Parque Halfeld, segundo o senhor Pedro Halfeld³, possuía piso em pedrisco e bancos ornamentados. Não existia nenhum tipo de equipamento de lazer, como brinquedos infantis ou mesas para jogos.

Esse traçado apresenta nos canteiros laterais mais acessos que a versão inicial, e era nesses canteiros que estavam plantadas as palmeiras imperiais que emolduravam as copas das árvores do Parque.

Em 1940, a antiga construção onde funcionava a Biblioteca Municipal, segundo Pedro Halfeld, já possuía dois grandes andares: no primeiro funcionava a primeira rádio da cidade e no segundo a antiga biblioteca. Passaglia (1982) define o estilo do prédio como “art-decor”, sendo o projeto do arquiteto Rafael Arcuri, conforme Figura 17.

³ Comunicação pessoal em entrevista concedida em 22/11/2005.



Fonte: Passaglia (1982).

Figura 17 – Biblioteca municipal situada dentro do Parque Halfeld.

Próximo de 1970, o edifício não mais atendia à rádio e não contemplava as necessidades da biblioteca, segundo o senhor Mello Reis. O edifício também não era mais atraente do ponto de vista visual. Optou, então, a prefeitura municipal, que na ocasião realizava uma reforma na Avenida Barão do Rio Branco, inclusive com a retirada da sua arborização, por demolir o prédio. Naquela época não havia ainda a cultura de preservar edifícios antigos, não sofrendo a municipalidade nenhum tipo de crítica como relatado pelo entrevistado.

As palmeiras imperiais, já com porte em torno de 30 m, como pode ser observado na Figura 18, foram retiradas na década de 1940. O motivo que ocasionou a retirada de todas as palmeiras foi a queda acidental de uma delas, segundo o senhor Mello Reis, em uma residência na Rua Halfeld, perto da esquina com a Rua Santo Antônio, em frente ao Parque. Com o risco de as demais, que tinham idades semelhantes, também virem a cair e a provocar danos físicos e de morte, optou-se na ocasião pela retirada de todas as palmeiras do entorno do parque.

Com o início da decadência do transporte coletivo através dos bondes, em 1950 e a ascensão da modalidade de ônibus urbano, foram construídos no Parque Halfeld, de frente para a Avenida Barão do Rio Branco, um ponto de parada de ônibus e um monumento. Para a construção dessas duas obras, ainda segundo o senhor Mello Reis, foi aterrado o lago, interrompendo assim o curso d'água que observado no levantamento de 1945.



Fonte: Monachesi, arquivo pessoal.

Figura 18 – Avenida Barão do Rio Branco durante a década de 1940, onde observa-se na fotografia do lado esquerdo o porte das palmeiras imperiais equivalentes à altura de três edifícios, mostrados ao fundo da fotografia. Ao lado direito uma vista do Parque Halfeld sem as palmeiras imperiais.

O senhor Mello Reis relatou ainda que, na década de 1950, um funcionário do departamento de obras da prefeitura, durante uma viagem do prefeito da época ao exterior, por iniciativa própria, cortou as árvores de maior porte do lado do Parque que faz frente com a Avenida Barão do Rio Branco. Segundo ele, na ocasião foi um escândalo, tendo o referido funcionário sido demitido.

Nessa época já havia relatos orais sobre o uso do espaço pela população da cidade. Segundo informações do senhor Henrique Siqueira⁴, também apontadas pelo senhor Mello Reis, com parentes morando na atual Rua Halfeld, o Parque Halfeld era freqüentado, durante o dia, por crianças acompanhadas de suas mães

⁴ Comunicação pessoal em entrevista concedida em 20/10/2005.

ou babás, e por alguns poucos idosos que conversavam entre si. Durante a noite, acontecia o namoro de jovens de famílias de baixa renda. A frequência noturna no Parque Halfeld durou até o golpe de 1964, e retornou com a redemocratização do país.

4.1.3. Recorte 3: virada para o ano 2000

Em 1981, o Parque Halfeld, na gestão do prefeito Mello Reis e com autoria da arquiteta paisagista Rosa G. Klias sofreu sua mais uma reforma, antes do seu tombamento como patrimônio histórico cultural municipal, ocorrido no dia 29 de dezembro de 1989. Nela foram definidos os traçados e a forma dos canteiros, que até hoje permanecem (Figura 19).



Figura 19 – Projeto realizado em 1998 por arquitetos da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, que conserva o projeto da arquiteta Rosa Klias.

As reformas que se sucederam restringiram-se apenas a novas paginações no piso de pedra-portuguesa colocada em 1981, muretas nos canteiros e instalação de equipamentos como mesas de jogos, quiosques de sorvetes e uma pérgula para abrigo de comerciantes ambulantes.

O projeto da paisagista Rosa Klias preservou todas as construções do projeto de 1901. As demais interferências não foram preservadas. Segundo um dos entrevistados, o ex-prefeito Mello Reis que autorizou a obra, a prefeitura fez

uma análise histórica do Parque para avaliar até onde aconteceria o resgate do passado e até onde a confecção do pastiche seria necessária.

Em conjunto com a autora do projeto, optou-se por não recriar nada que havia sido anteriormente demolido e propor novos usos, mais adequados à realidade antrópica do Parque. Foram instalados novos bancos; um banheiro público masculino e outro feminino, com a sua cobertura num nível de 80 cm acima do piso do Parque, mantendo-os camuflados nos canteiros; brinquedos infantis (Figura 20) confeccionados em uma madeira de eucalipto tratado. O monumento com o busto do fundador da cidade, Henrique Halfeld, foi transferido da parte que faz frente com a Avenida Rio Branco para um canteiro dentro do Parque.



Fonte: autor da pesquisa.

Figura 20 – Parque Halfeld nos dias atuais. A fotografia a esquerda mostra a exuberância da vegetação e a da direita, o parque com brinquedos infantis.

No centro do Parque foi instalado um anfiteatro em um nível inferior com o piso de areia, que mais tarde transformou-se em pista de patins e na última reforma foi aterrado, oferecendo ao Parque um grande pátio. Hoje instalam-se ali comícios, inclusive de grande porte. Acontecem também eventos de exposição de orquídeas, com grandes barracas, shows musicais, casa do Papai Noel durante o Natal e instalação de brinquedos infláveis para incrementar festas públicas.

Foi implantada nova arborização que diferenciase o atual projeto do original, marcando um novo desenho de época. Palmeiras imperiais foram colocadas agora em forma de bosque na frente do edifício das Repartições Municipais. No lado que faz frente com a Rua Santo Antônio foi plantada uma alameda de pau-ferro, nas Ruas Marechal Deodoro e Halfeld foi plantado o alfeneiro e na Avenida Barão do Rio Branco, a sibipiruna.

Durante a execução foi encontrado enterrado perto da Avenida Rio Branco um monumento de autoria do artista José Caporali, assinado em 1902, com a mensagem: “Ao povo de Juiz de Fora – Coronel Francisco Mariano Halfeld” (Figura 21).



Fonte: autor da pesquisa.

Figura 21 – No lado esquerdo observa-se a fotografia do monumento de autoria do artista José Caporali, assinado em 1902, mostrando o Parque como oferta do Coronel Francisco Mariano Halfeld ao povo de Juiz de Fora. No lado direito está a placa de inauguração da última grande reforma.

O monumento é de concreto fixado em parede de tijolo. Para transportá-lo até a posição que hoje se encontra, foi necessário envolvê-lo com uma moldura em concreto armado. Após “amarrado” pela estrutura de concreto ele foi arrastado até a divisa do Parque com a Rua Santo Antônio. Os motivos de sua colocação ali foram dois, segundo o ex-prefeito Mello Reis: primeiro, como foi o monumento encontrado durante a execução, não havia sido programado um lugar especial para ele; segundo, seu grande formato impediria a visão do Parque se fosse instalado na via mais movimentada da cidade, que é a Avenida Barão do

Rio Branco. Assim, optou-se por outra via visualmente limpa, que é a Rua Santo Antônio.

Atualmente o Parque Halfeld é de significativa importância para a garantia da qualidade de vida no centro da cidade. Possui um grande atrativo de flora e de pequena fauna de aves e sagüis.

Socialmente, além das atividades de lazer institucionais e eventuais que nele são realizadas, o Parque ainda é freqüentado por crianças no período da manhã, por idosos conversando e também participando de jogos como dama e baralho (Figura 22), e por grupos religiosos em atividades de louvor. No período da noite poucos se arriscam a freqüentar o Parque, por não possuir segurança.



Fonte: autor da pesquisa.

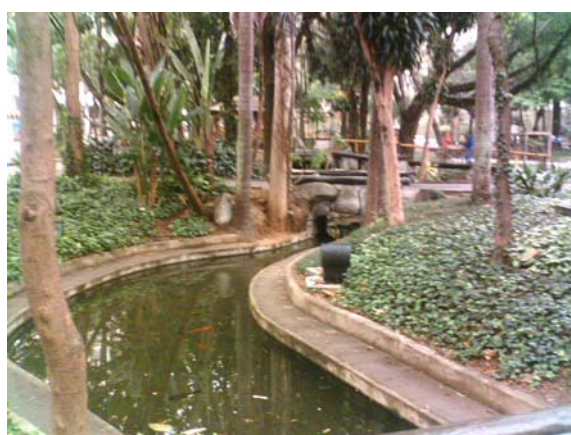
Figura 22 – Foto das mesas de jogos e ao fundo, atrás do quadro de energia, o banheiro público.

Na Figura 23 pode-se observar a presença significativa do maciço arbóreo do Parque Halfeld no centro da cidade.

Hoje em dia, a água que corre para permitir a vida aquática (Figura 24) é fornecida pela concessionária de abastecimento de água do município, CESAMA, sendo em seguida lançada na rede pluvial. O formato da cascata existente ainda é o mesmo de sua construção em 1902.



Figura 23 – Vista aérea do centro da cidade de Juiz de Fora, ano 2000, mostrando a exuberante vegetação do Parque Halfeld.



Fonte: autor da pesquisa.

Figura 24 – Espelho d'água construído em estilo inglês, em 1902.

Foi instalado no Parque Halfeld, na última reforma, um abrigo de proteção de madeira para vendedores de produtos artesanais. Essa construção é discreta, não competindo com a prioridade do Parque que são as árvores.

Espalhado pelo Parque encontram-se duas sorveterias; um pipoqueiro, que coloca em uma caixa de som música clássica enquanto atende; e uma grande banca de revista, equipada com ar-condicionado e informatizada. Essas facilidades são focos de atração de pessoas, sendo um complemento à atividade de lazer oferecida pelo Parque, pertinente à necessidade de consumo de nossa época. Na Praça da Estação encontra-se apenas uma banca de revistas comum.

O Parque é equipado também com um banheiro público, em bom estado de conservação e de uso gratuito para a população. Esse banheiro encontra-se

parcialmente enterrado, para não impedir a visão, transmitindo uma percepção de segurança importante ao permitir ao freqüentador observar o espaço como um todo. Esse tipo de facilidade não é encontrado em nenhuma outra parte da cidade.

Além do lazer de contemplação, o Parque possui atualmente um espaço exclusivo para crianças, ao contrário das propostas anteriores. Esse espaço é muito utilizado no período da manhã, o que facilita um hábito secular, que iniciou com a sua inauguração. A Praça da Estação teve seu momento dedicado à família e às crianças enquanto havia trens de passageiros; hoje não é convidativo e nem estimulado o uso deste espaço para tal fim.

Atualmente a manutenção do Parque é realizada por uma equipe de jardineiros da prefeitura de Juiz de Fora, em todos os dias da semana. Tanto a arborização, quanto os arbustos e as forrações encontram-se em bom estado de conservação. A prefeitura dá seqüência ao projeto paisagístico como se o Parque Halfeld fosse um bosque, inserindo espécies umbrófilas, ou seja, espécies que se desenvolvem bem na sombra da copa das outras árvores e que no futuro irão assumir o lugar dessas. Assim, mitiga-se o impacto visual que será causado pela morte natural das árvores antigas do Parque.

O levantamento das espécies vegetais constantes na Tabela 1 foi realizado pelo engenheiro florestal Marco Aurélio Lopes Procópio na década de 1980, atual funcionário da empresa municipal responsável pela manutenção dos parques e jardins da cidade, na década de 1980.

Recentemente, foram realizados um cadastramento da vegetação do Parque Halfeld, conforme a Tabela 2, e um desenho de locação das árvores, conforme a Figura 25.

Observa-se com a comparação entre a Tabela 1 e a Tabela 2 que a freqüência absoluta de vegetação de médio e grande porte cresceu de 120 no levantamento da década de 1980 para 284 atualmente, representando um aumento de 2,36 vezes. Este aumento significativo, cada vez mais distancia a paisagem do Parque Halfeld do conceito de praça e coloca a sua manutenção num ritmo de parque florestal.

Tabela 1 – Flora do Parque Halfeld. Árvores, arbustos e palmeiras presentes na década de 1980

Cód.	Nome popular	Nome científico	Família	Origem	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
1	Cutieira	<i>Joannesia princeps</i> Vell.	Euphorbiaceae	Brasil	1	0,83
2	Cedro	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	Meliaceae	Brasil	9	7,50
3	Tipuana	<i>Tipuana tipu</i> Benth.	Leguminosae caesalpinoideae	América do Sul	10	8,33
4	Saboneteiro	<i>Sapindus saponaria</i> L.	Sapindaceae	Brasil	2	1,67
5	Canela-cheirosa, canela-sassafrás	<i>Ocotea odorifera</i> (Vell) Rohwer.	Lamaceae	Brasil	1	0,83
6	Caneleira-da-índia	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Ness.	Lamaceae	Ceilão	2	1,67
7	Pau-brasil	<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	3	2,50
8	Sibipiruna	<i>Caesalpinia peltoporoides</i> Benth.	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	5	4,17
9	Saman, Farinha-seca.	<i>Samanea tubulosa</i> (Benth) Barnby & Grimes	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	1	0,83
10	Alfeneiro	<i>Ligustrum japonicum</i> Thunb.	Oleaceae	Ásia	4	3,33
11	Flamboyant.	<i>Delonix regia</i> Rafin.	Leguminosae caesalpinoideae	Madagascar	3	2,50
12	Abriçó-de-macaco	<i>Couroupita guianensis</i> Aubl.	Lecythidaceae	Brasil	1	0,83
13	Pau-ferro	<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart.exTul.var.leiostachya Benth.	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	5	4,17
14	Árvore-de-natal	<i>Araucaria excelsa</i> R.Br.	Araucariaceae	Austrália	2	1,67
15	Coqueiro-amargoso	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (cham.) glassm.	Palmae	Brasil	7	5,83
16	Jalão	<i>Syzycium jabolana</i> L.DC.	Myrtaceae	Ásia Tropical	4	3,33
17	Cipreste	<i>Cupressus funebris</i> & Ndl.	Cupressaceae	China	4	3,33
18	Jatobá	<i>Hymenaea coubaril</i> L.	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	3	2,50
19	Ipê-amarelo	<i>Tabebuia chrysotricha</i> (Mart.ex DC) Standl.	Bignoniaceae	Brasil	5	4,17
20	Ipê-roxo	<i>Tabebuia heptaphylla</i> (Vell.) Tol.	Bignoniaceae	Brasil	5	4,17
21	Ipê-preto	<i>Tabebuia impetiginosa</i> (Mart.) Standl.	Bignoniaceae	Brasil	1	0,83
22	Tamarinho	<i>Tamarindus indica</i> Linn.	Leguminosae caesalpinoideae	África Tropical	3	2,50
23	Palmeira-imperial	<i>Roystonea regia</i> (Kunth) Cook.	Palmae	Cuba	1	0,83

Continua...

Tabela 1, Cont.

Cód.	Nome popular	Nome científico	Família	Origem	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
24	Peroba-rosa	<i>Aspidosperma clyndrocarpo</i> M.Arg.	Apocynaceae	Brasil	2	1,67
25	Palmeira-leque-falsa	<i>Livistona chinensis</i> R.Br.	Arecaceae	China	4	3,33
26	Palmeira-das-bermudas	<i>Corypha umbraculifera</i> Linn.	Arecaceae	Antilhas	4	3,33
27	Árvore-do-viajante	<i>Ravenala madagascariensis</i> Sonner.	Musaceae	Madagascar	2	1,67
28	Murta	<i>Myrtus commnis</i> Linn.	Rutaceae	Mediterrâneo	1	0,83
29	Palmeira-ráfia	<i>Rhapis excelsa</i> Henry ex Rehder.	Palmae	África	3 touceiras	0,00
30	Fênix	<i>Phoenix roebelenii</i> O'Brien	Palmae	Vietnã	1	0,83
31	Sagu-do-japão	<i>Cycas revoluta</i> Thunb.	Cycadaceae	Japão, Indonésia	2	1,67
32	Paineira	<i>Chorisia speciosa</i> A. St.Hil.	Bombacaceae	Brasil	2	1,67
33	Bekea	<i>Baekea ericoides</i> Brongn & Gris.	Não encontrado	Nova Caledônia	1	0,83
34	Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i> M. Arg	Euphorbiaceae	Brasil	1	0,83
35	Guatambu	<i>Aspidosperma australe</i> M.Arg.	Apocynaceae	Brasil	1	0,83
36	Embiruçu	<i>Pseudobombax glandiflorum</i> (Cav.) A.Rob.	Bombacaceae	Brasil	1	0,83
37	Guatambu	<i>Aspidosperma parvifolium</i> A.DC.	Apocynaceae	Brasil	1	0,83
38	Jacarandá-da-bahia	<i>Dalbergia nigra</i> (Vell) Fr.All.ex Benth.	Leguminosae papilionoideae	Brasil	1	0,83
39	Figueira-de-mexia	<i>Ficus mexiae</i> Standley	Moraceae	Brasil	1	0,83
40	Mangueira	<i>Mangifera indica</i> Linn.	Anacardiaceae	Índia	1	0,83
41	Grevília	<i>Grevillea robusta</i> A.Cunn.	Proteaceae	Sul da Austrália	1	0,83
42	Cajuzinho	<i>Hovenia dulcis</i> Thunb.	Ulmaceae	Ásia	2	1,67
43	Figueira-bejamim	<i>Ficus benjamina</i> Linn.	Moraceae	Índia, Malásia	1	0,83
44	Cássia-grande	<i>Cassia grandis</i> L.f	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	1	0,83
45	Leiteira	<i>Peschiera fuchsiaeifolia</i> Miers.	Apocynaceae	Brasil	1	0,83
46	Caviúna, canafistula-brava	<i>Dalbergia villosa</i> Benth.	Dalbergieae	Brasil	1	0,83
47	Maranta biocolor	<i>Calathea biocolor</i> Steud.	Marantaceae	Brasil	Forração	0,00
48	Costela-de-adão	<i>Monstera lennea</i> Koch	Araceae	México	5	0,00

A variedade de espécies aumentou pouco; na década de 1980 foram encontradas 46 e atualmente 54. Porém, 13 espécimes que habitavam o Parque Halfeld no primeiro levantamento não foram encontrados no levantamento realizado por este trabalho. Na análise dos quadros não se encontra uma preferência por árvores nativas em detrimento das exóticas, ou vice versa. Percebe-se que o valor estético das plantas foi o critério utilizado para o plantio em torno do perímetro do Parque, e o de ofertar a cidade com espécies variadas no interior.

No levantamento da década de 1980, em maior quantidade encontra-se a *Tipuana tipu* Benth com dez espécimes, representando 8,33% do total. Atualmente, a *Caesalpinia peltophoroides* Bent com 29 e representando 10,21% do total é a planta em maior quantidade.

O maciço vegetal hoje é muito mais relevante do ponto de vista botânico do que estético. Observa-se em fotografias antigas, em Bastos (2004) e principalmente no vídeo realizado por Carriço Film na década de 1940, que no passado o parque buscava transmitir ao seu usuário a percepção de estar em um ambiente natural, porém dentro de um jardim com um princípio estético definido: o inglês. Hoje, o parque possui não mais um paisagismo com um estilo estético e sim uma implantação de bosque, com plantios aleatórios do ponto de vista da posição e da escolha das espécies.

Foi realizado também um cadastramento dos monumentos, abordando as mensagens (Tabela 3) e a locação dos mesmos junto com os equipamentos instalados no Parque (Figura 26).

Tabela 2 – Flora do Parque Halfeld. Árvores, arbustos e palmeiras presentes atualmente

Cód.	Nome popular	Nome científico	Família	Origem	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
1	Cutieira	<i>Joannesia princeps</i> Vell.	Euphorbiaceae	Brasil	1	0,35
2	Cedro	<i>Cedrela fissilis</i> Vvell.	Meliaceae	Brasil	15	5,28
3	Tipuana	<i>Tipuana tipu</i> (Benth.) Kuntze	Leguminosae caesalpinoideae	América do Sul	22	7,75
4	Saboneteiro	<i>Sapindus saponaria</i> L.	Sapindaceae	Brasil	1	0,35
5	Canela-cheirosa, canela-sassafrás	<i>Ocotea odorifera</i> (Vell) Rohwer.	Lauraceae	Brasil	4	1,41
6	Caneleira-da-índia	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Ness.	Lauraceae	Ceilão	1	0,35
7	Pau-brasil	<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	4	1,41
8	Sibipiruna	<i>Caesalpinia peltiforoides</i> Benth.	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	29	10,21
9	Saman, farinha-seca.	<i>Samanea tubulosa</i> (Benth) Barnby.& Grimes	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	N	
10	Alfeneiro	<i>Ligustrum japonicum</i> Thunb.	Oleaceae	Ásia	22	7,75
11	Flamboyant.	<i>Delonix regia</i> (Boger ex Hook.) Raf.	Leguminosae caesalpinoideae	Madagascar	15	5,28
12	Abriçó-de-macaco	<i>Couroupita guianensis</i> Aubl.	Lecythidaceae	Brasil	1	0,35
13	Pau-ferro	<i>Caesalpinia férrea</i> Mart. Ex Tul. var. <i>leiostachya</i> Benth.	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	5	1,76
14	Árvore-de-natal	<i>Araucária excelsa</i> R.Br.	Araucariaceae	Austrália	2	0,70
15	Coqueiro-amargoso	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (cham.) glassm.	Palmae	Brasil	18	6,34
16	Jalão	<i>Syzygium jabolana</i> (Lam.) DC.	Myrtaceae	Ásia Tropical	7	2,46
17	Cipreste	<i>Cupressus sempervirens</i> L..	Cupressaceae	China	9	3,17
18	Jatobá	<i>Hymenaea coubaril</i> l.	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	7	2,46
19	Ipê-amarelo	<i>Tabebuia serratifolia</i> (Vahl.) G. Nicholson	Bignoniaceae	Brasil	5	1,76
20	Ipê-roxo	<i>Tabebuia heptaphylla</i> (Vell.) Tol.	Bignoniaceae	Brasil	5	1,76
21	Ipê-preto	<i>Tabebuia impetiginosa</i> (Mart.) Standl.	Bignoniaceae	Brasil	1	0,35
22	Tamarinho	<i>Tamarindus indica</i> Linn.	Leguminosae caesalpinoideae	África Tropical	4	1,41
23	Palmeira-imperial	<i>Roystonea regia</i> (Kunth) Cook.	Arecaceae	Cuba	10	3,52
24	Peroba-rosa	<i>Aspidosperma clyndrocarpo</i> M.arg.	Apocynaceae	Brasil	12	4,23
25	Palmeira-leque-falsa	<i>Livistona chinensis</i> R.Br.	Arecaceae	China	5	1,76
26	Palmeira-das-bermudas	<i>Corypha umbraculifera</i> Linn.	Arecaceae	Antilhas	N	
27	Árvore-do-viajante	<i>Ravenala madagascariensis</i> Sonner.	Musaceae	Madagascar	4	1,41
28	Murta	<i>Murrava exotica</i> L.	Rutaceae	Mediterrâneo	1	0,35

Continua...

Tabela 2, Cont.

Cód.	Nome popular	Nome científico	Família	Origem	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
29	Palmeira-ráfia	<i>Rhapis excelsa</i> Henry ex Rehder.	Palmae	África	3	1,06
30	Fênix	<i>Phoenix roebelenii</i> O'Brien	Palmae	Vietnã	9	3,17
31	Sagu-do-japão	<i>Cycas revoluta</i> Thunb.	Cycadaceae	Japão, Indonésia	5	1,76
32	Paineira	<i>Chorisia speciosa</i> A. St.Hil.	Bombacaceae	Brasil	1	0,35
33	Bekea	<i>Baekea ericoides</i> Brongn & Gris.	Não encontrado	Nova Caledônia	N	
34	Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i> M. Arg	Euphorbiaceae	Brasil	N	
35	Guatambu	<i>Aspidoperma australe</i> M.Arg.	Apocynaceae	Brasil	N	
36	Embiruçu	<i>Pseudobombax glandiflorum</i> (Cav.) A.Rob.	Bombacaceae	Brasil	N	
37	Guatambu	<i>Aspidosperma parvifolium</i> A.DC.	Apocynaceae	Brasil	N	
38	Jacarandá-da-bahia	<i>Dalbergia nigra</i> (Vell) Fr.All.ex Benth.	Leguminosae papilonoideae	Brasil	N	
39	Figueira-de-mexia	<i>Ficus mexiaea</i> Standley	Moraceae	Brasil	N	
40	Mangueira	<i>Mangifera indica</i> Linn.	Anacardiaceae	Índia	1	0,35
41	Grevília	<i>Grevillea robusta</i> A.Cunn. ex R. Br.	Proteaceae	Sul da Austrália	N	
42	Cajuzinho	<i>Hovenia dulcis</i> Thunb.	Rhamnaceae	Ásia	1	0,35
43	Figueira-bejamim	<i>Ficus benjamina</i> Linn.	Moraceae	Índia, Malásia	N	
44	Cássia-grande	<i>Cassia grandis</i> L.f	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	N	
45	Leiteira	<i>Peschiera fuchsiaefolia</i> Miers.	Apocynaceae	Brasil	N	
46	Caviúna, canafístula-brava	<i>Dalbergia villosa</i> Benth.	Fabaceae	Brasil	5	1,76
47	Maranta-bicolor	<i>Calathea bicolor</i> Steud.	Marantaceae	Brasil	Forração	
48	Costela-de-adão	<i>Monstera lennea</i> Koch	Araceae	México	Touceira	
49	Cafeeiro	<i>Coffea arabica</i> L.	Rubiaceae	Etiópia	1	0,35
50	Côco-de-andaia	<i>Attalea oleifera</i>	Arecaceae	Brasil	1	0,35
51	Açoita-cavalo	<i>Luehea grandiflora</i> Mart.	Tiliaceae	Brasil	7	2,46
52	Ipê-de-jardim	<i>Tecoma stans</i> (L.) H.B. & K.	Bignonia	Estados Unidos	1	0,35
53	Sobragi	<i>Erythroxylum pulchrum</i>	Erythroxylacéas	Brasil	9	3,17
54	Braúna	<i>Melanoxylon brauna</i> Schott.	Leguminosae caesalpinoideae	Brasil	1	0,35
55	Hibisco	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> Linn	Malvacaceae	Ásia	3	1,06
56	Castanha-do-pará	<i>Bertholletia excelsa</i>	Lecythidaceae	Brasil	3	1,06

Continua...

Tabela 2, Cont.

Cód.	Nome popular	Nome científico	Família	Origem	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
57	Paina-de-seda	<i>Chorisia Speciosa</i>	Bombacáceas	Brasil	1	0,35
58	Gameleira	<i>Ficus adhatodifolia</i>		Brasil	8	2,82
59	Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Mvrtaceae	Brasil	2	0,70
60	Não-identificada				2	0,70
61	Goiabeira	<i>Psidium guaiava</i> l.	Mvrtaceae	Brasil	1	0,35
62	Cambata				1	0,35
63	Jibóia	<i>Scindapsus aureus</i> Engl.	Araceae	Ilhas Salomão	Forração	
64	Dama-da-noite	<i>Cestrum nocturnum</i> L.	Solanaceae	Antilhas	Arbusto	
65	Pata-de-vaca	<i>Bauhinea variegata</i> Linn	Caesalpiniaceae		1	0,35
66	Areca-bambu	<i>Dypsis lutescens</i> (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.	Palmae	Madagascar	Arbusto	
67	Estrelízia	<i>Strelitzia reginae</i> Banks	Musaceae	África do Sul	Arbusto	
68	Dracena	<i>Dracaena fragrans</i> Ker Gawl.	Liliaceae	África	Arbusto	
69	Peroba-branca	<i>Tabebuia stenocalyx</i> Sprague & Stapf.	Bignoniaceae	Brasil	2	0,70
70	Singônio	<i>Syngonium podophyllum</i> Schott	Araceae	México	Forração	
71	Braúna-branca	<i>Melanoxylon brauna</i>	Caesalpinoideae	Brasil	2	0,70
72	Cambatá-da-folha-miúda				1	0,35
73	Ameixa	<i>Prunus domestica</i> L	Rosaceae		1	0,35
74	Árvore-de-cortiça-rolha	<i>Quercus suber</i>	Fagaceae	Mediterrâneo	1	0,35

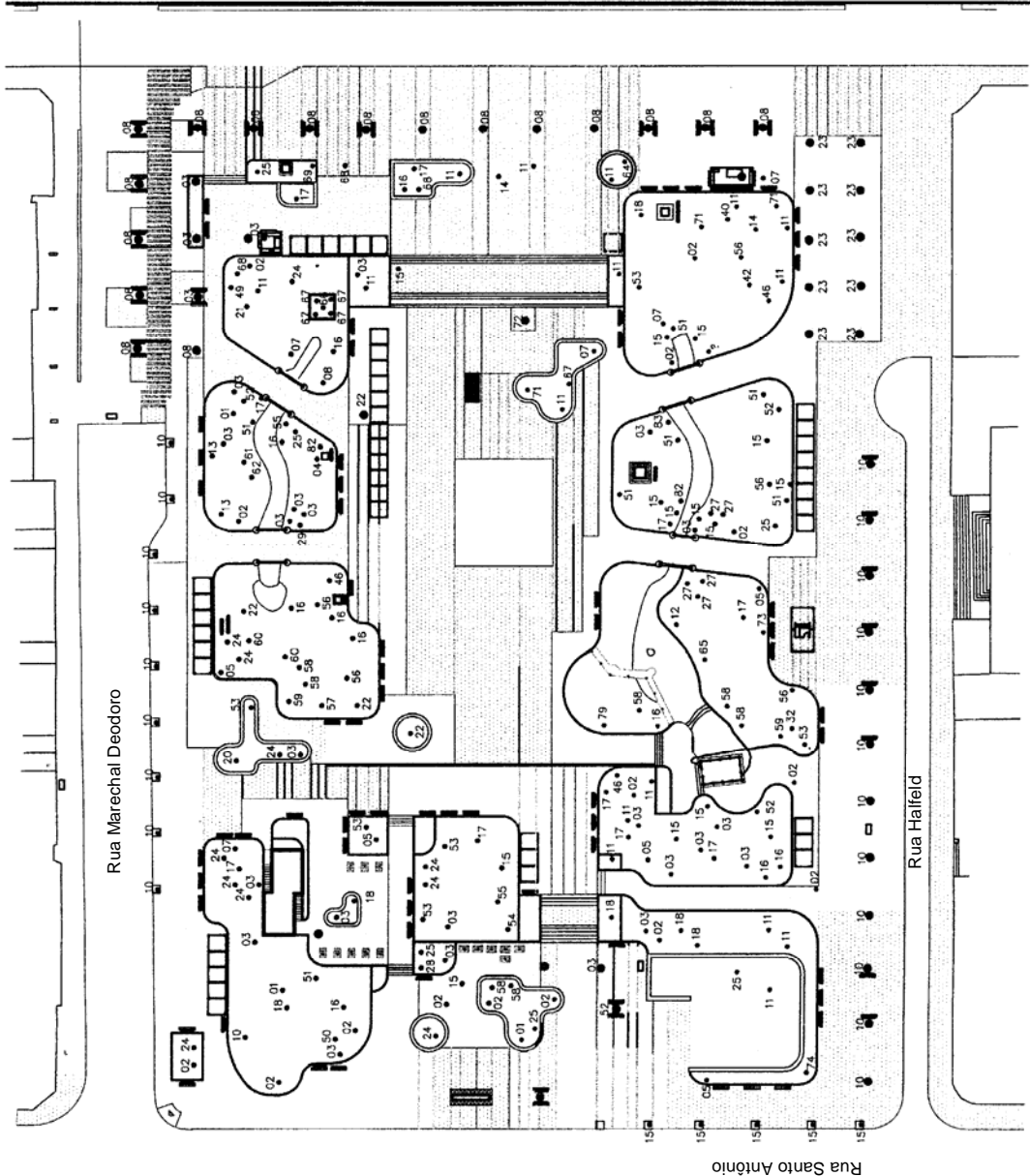
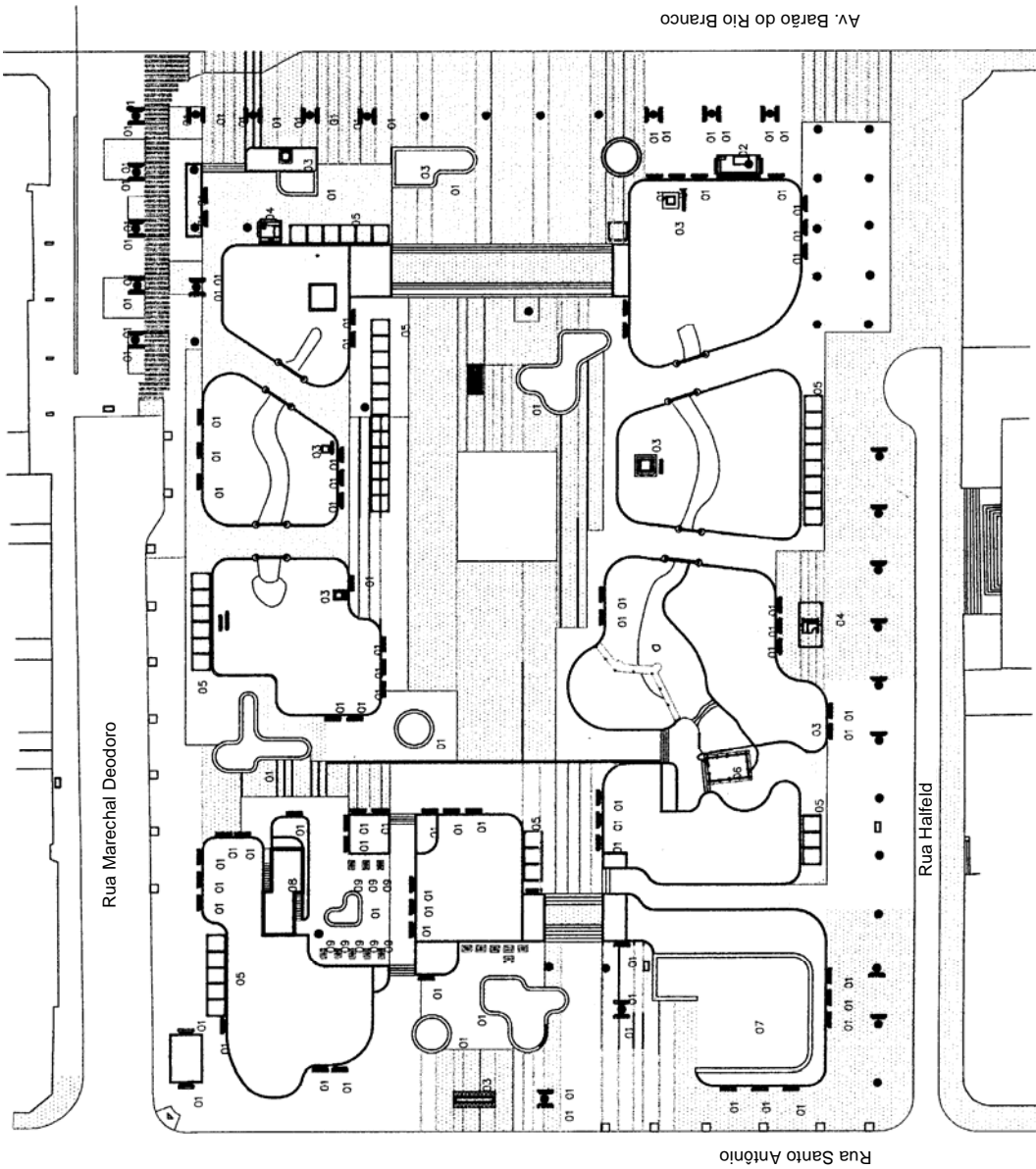


Figura 25 – Distribuição das árvores do Parque Halfeld.

Parque Halfeld
 Cadastro arbóreo
 22 nov 2005
 Escala: 1/500

Av. Barão do Rio Branco

- 01 – Banco
- 02 – Banca de revista
- 03 – Monumentos
- 04 – Sorveteria
- 05 – Comércio artesanal
- 06 – Choupana histórica
- 07 – Parque infantil
- 08 – Banheiro público
- 09 – Mesas de lazer



Parque Halfeld
 Cadastramento de equipamentos
 22 nov 2005
 Escala: 1/500

Figura 26 – Distribuição dos equipamentos arbóreos no Parque Halfeld.

No Quadro 2 podem ser observados os monumentos que atualmente estão no Parque Halfeld. Diferentes de outras praças da cidade de Juiz de Fora, os monumentos fazem referência a Juiz de Fora, não havendo vultos da República nem heróis de guerra.

Quadro 2 – Monumentos encontrados no Parque Halfeld no dia 5 de outubro de 2005

Monumento/ placa	Descrição / dizeres
Camões	“Os luziadas”. Cesse tudo que a musa antiga canta. Que quando outro valor mais alto se alevanta”. Os portugueses de Juiz de Fora, à cidade pelo 1º centenário. Maio-1950
Halfeld	“A Henrique Halfeld”. O povo de Juiz de Fora 1907. Homenagem da prefeitura de Juiz de Fora a Henrique Guilherme Fernando Halfeld Fundador de Juiz de Fora. 1797-1997. Bicentenário do nascimento.
José Procópio Teixeira.	“Povo de Juiz Fora ao seu grande amigo Dr.José Procópio Teixeira notável administrador e renovador da cidade”. 1958.
Belmiro Braga	“O povo”
Oscar da Gama	“Ao poeta Oscar da Gama”. Povo de Juiz de Fora”. Novo condor, pela história do áureo caminho, irei fazer o meu ninho lá nos pícaros da glória.”
Caio Viana Martins.	“O escoteiro caminha com suas próprias pernas”. Junho 1944. Homenagem do G.E. Caiuas do Instituto Granbery
Cel.Francisco M. Halfeld	“Ao povo de Juiz de Fora”.
Placa	“Resolução Municipal nº 472”. De 31 de janeiro de 1901, muda a denominação do Largo Municipal para Parque Coronel Francisco Mariano Halfeld.



Fonte: autor da pesquisa.

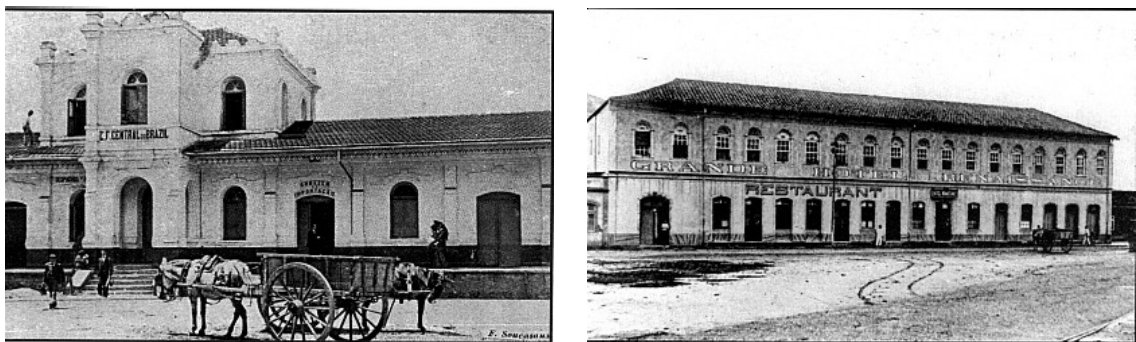
Figura 27 – Fotografias internas do Parque Halfeld.

4.2. A Praça da Estação

4.2.1. Recorte 1: A inauguração do espaço

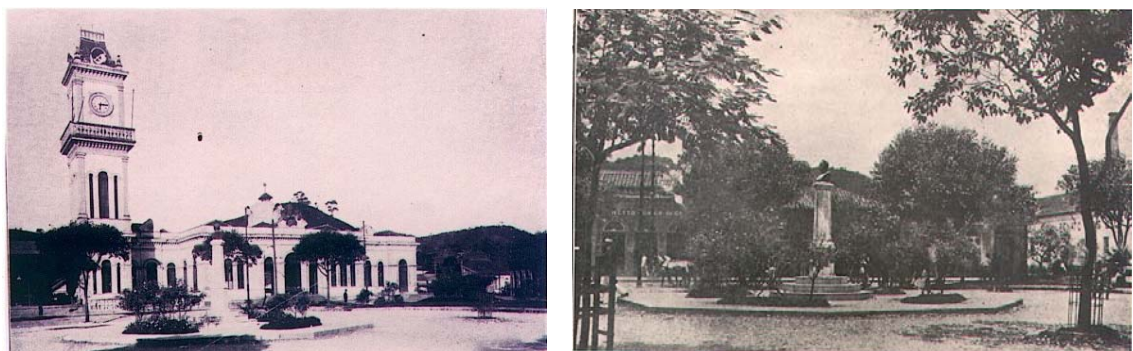
Não foram encontradas nos levantamentos históricos realizados, imagens, que permitissem analisar o formato da praça. Entretanto, utilizou-se análise fotográfica como se nota na Figura 27, verificam-se edificações isoladas no antigo Largo da Estação, antes da construção da praça.

Ao analisar a Figura 28, nota-se que o seu formato é definido pela malha urbana, sendo esta uma das características que definem uma praça. Com a utilização da Figura 29 e outras imagens não-anexadas neste trabalho, foi elaborado o croqui exposto na Figura 30, onde estão esboçados o formato e a locação do monumento ao fundador da cidade, os canteiros e a arborização.



Fonte: Monachesi, arquivo pessoal.

Figura 28 – Fotografias do antigo Largo da Estação em 1903. Os dois edifícios são atualmente patrimônio histórico municipal.



Fonte: Monachesi, arquivo pessoal.

Figura 29 – Levantamento fotográfico alguns anos após sua inauguração em 1907.

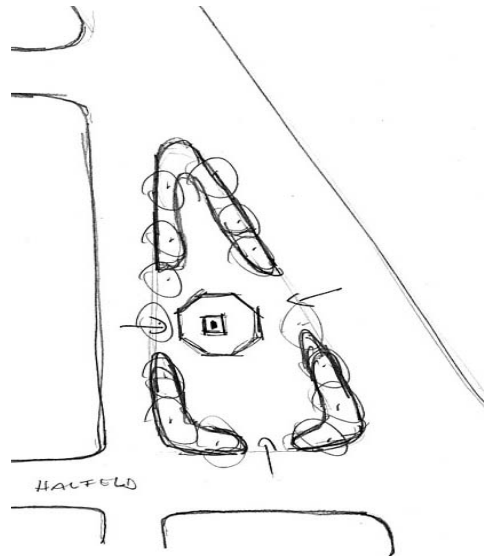


Figura 30 – Croqui elaborado para compreender a forma da Praça da Estação.

No levantamento fotográfico realizado percebe-se uma vegetação de baixo porte e poucos arbustos. O revestimento do piso é em pedrisco nos acessos. Próximo ao monumento, que possui uma ligeira elevação de um degrau, o revestimento do piso aplicado aparenta ser de alvenaria, podendo, como era comum utilizar na época, ter sido ladrilho hidráulico, por possuir a cidade inclusive uma fábrica, ou de pedra paralelepípedo.

A praça foi o reflexo do entorno que prosperava em função da linha de ferro. Porém, não tem um paisagismo com detalhes, certamente pelo fato de o local ter tido sempre grandes aglomerações de pessoas, advindas da chegada de personalidades políticas da época, por meio da ferrovia, e lá eram saudados pela população, conforme vídeo Carriço (s. d.).

Segundo Oliveira (1975), em 1923 o busto do fundador da cidade foi transferido da Praça da Estação para o Parque Halfeld.

Na Figura 31 observa-se uma fotografia feita aproximadamente em 1930, que ilustra uma arborização de médio porte.



Fonte: Monachesi, arquivo pessoal.

Figura 31 – Fotografia da Praça da Estação.

4.2.2. Recorte 2: 1945, o primeiro cadastramento municipal

Observa-se na Figura 32 que no levantamento cadastral de 1945 ela não mais possuía canteiros como os da sua primeira versão. A idéia de não ajardinar a Praça da Estação se estende até os dias de hoje, segundo a arquiteta Christiane Travassos⁵.

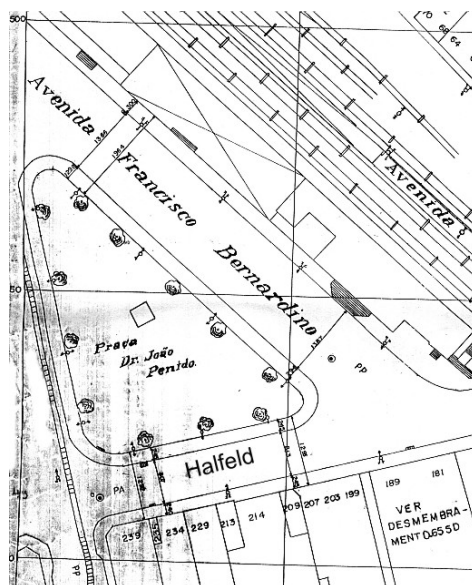


Figura 32 – Levantamento cadastral de 1945.

⁵ Comunicação pessoal, entrevista realizada no dia 15/10/2005.

Na versão de 1945, o ajardinamento ficou restringido à arborização em alameda.

Nessa época, segundo entrevista com o engenheiro aposentado da Rede Ferroviária Federal, o senhor Manoel Monachesi, era comum a população se dirigir à praça para “ver o trem passar”, como um objeto que transmitia um grande fascínio. A praça era freqüentada tanto durante o dia, quanto durante a noite, onde se assistia à passagem do “trem noturno”, todo iluminado, seduzindo a população.

O comércio também era movimentado, tanto por causa do funcionamento de carga e descarga, quanto do transporte de passageiros que iam em direção às cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O grande reflexo desse momento histórico é o conjunto arquitetônico que a praça possui até o dia de hoje. No terceiro recorte deste estudo será abordada a situação atual desses edifícios.

Com o modelo desenvolvimentista adotado pelo governo brasileiro na década de 1960 do século XX, incentivando a indústria automobilística e encerrando os investimentos no transporte ferroviário, por conseqüência, sem renovação do espaço urbano, a Praça da Estação começa a perder sua importância no cenário urbano da cidade.

Com a diminuição do movimento de pessoas na praça, devido ao declínio do transporte de pessoas por meio ferroviário, a região começa a modificar suas características. Por exemplo, os hotéis que atendiam a um público vinculado à ferrovia passam a atender a seus novos clientes. O comércio também passou a fornecer produtos mais simples.

O cinema, segundo o senhor Pedro Halfeld, nunca foi de moda, mas passava filmes como os demais da cidade, porém após o período de decadência do setor ferroviário ele passou a se dedicar a temas pornográficos.

A Praça da Estação, ainda segundo o senhor Pedro Halfeld, também começa a ser freqüentada por mendigos e garotas de programas. Relata também que, com o objetivo de dar à sociedade mais segurança na parte baixa do centro da cidade, através da desobstrução da iluminação urbana, foi promovida pela prefeitura a poda das árvores da Praça da Estação, como pode ser observado na Figura 33.



Fonte: Monachesi, arquivo pessoal.

Figura 33 – Praça da Estação após a retirada das árvores de médio porte.

4.2.3. Recorte 3: 2000, um novo espaço

A Praça da Estação foi reformada pela última vez em julho de 2003, sendo seus autores a arquiteta Christiane P.Travassos e o arquiteto Frederico B. Halfeld (Figura 34).



Figura 34 – Projeto da Praça da Estação elaborado em 2003.

A reforma afirma o espaço como predominantemente de passagem, não sendo contemplado nenhum equipamento destinado à atividade de lazer. De equipamentos possui uma banca de revistas e bancos, que são utilizados durante o dia por mendigos. Foi construído ao longo da Rua Francisco Bernardino um canteiro elevado para impedir que os pedestres atravessassem a via fora da faixa de pedestre (Figura 35).



Fonte: autor da pesquisa.

Figura 35 – Canteiro elevado que disciplina o pedestre.

A reforma também coloca a praça como coadjuvante do seu entorno histórico, não sendo plantada nenhuma árvore nova e mantendo as demais com a copa rala, para não impedir a visão dos edifícios históricos. Na Figura 36 estão as atuais árvores da Praça da Estação que foram mantidas na última reforma. Não se observa nenhuma tendência de disposição das árvores, não há ritmo nem outra seqüência que revele uma proposta estética.



Figura 36 – Vista aérea da Praça da Estação.

O centro histórico apresenta-se conservado e sendo utilizado de maneira plena. Os imóveis vazios não estão abandonados, apenas aguardando novos usuários, porém em bom estado de conservação.

A reforma também continua permitindo a realização de comícios na praça, pelo seu revestimento e posicionamento dos canteiros. O único canteiro construído possui apenas grama-esmeralda, que é uma forração pisoteável. O piso utilizado é uma mistura de pedra-são-tomé e ladrilhos de concreto. A área de crescimento das árvores é de grama-esmeralda, envolvida por uma base de pedra para diminuir o escoamento superficial da água de chuva (Figura 37).



Fonte: autor da pesquisa.

Figura 37 – Vista interna da Praça da Estação.

Na Figura 37 podem ser observados os postes de iluminação pública lá instalados. Os modelos utilizados são em concreto pré-moldado, pintado em um tom de bege. O modelo do poste não foi encontrado nos levantamentos históricos aqui realizados. A utilização de um equipamento com desenho que remeta a um estilo do passado em um conjunto histórico como este faz o observador acreditar que o modelo dos postes está em conformidade com o período histórico da construção dos edifícios.

Os postes de iluminação e o desenho do piso da praça se expandem para outras partes do centro, o que permite uma sensação de continuidade com esses outros espaços, sendo eles a Praça Antônio Carlos e a ponte sobre o Rio Paraibuna.

Os bancos da praça já não seguem a tendência estética dos postes de iluminação, sendo uma releitura do banco de assento e encosto de madeira com estrutura em ferro fundido mais rebuscado. O banco utilizado possui linhas simples, desenho mais ergonômico e está dentro de uma tendência contemporânea.

Na Figura 38 estão os dois monumentos existentes na Praça da Estação. O monumento composto de coluna e busto é em homenagem ao Dr. João Penido, que dá nome à praça; os dizeres nele marcados não estão nítidos, devido à depreciação. O segundo é em homenagem à Associação Comercial, a mais antiga do Estado de Minas Gerais, que comemora seu centenário.



Fonte: autor da pesquisa.

Figura 38 – Monumentos da praça da Estação. 2005.

Na Tabela 3 encontra-se o levantamento botânico realizado no dia 22 de novembro de 2005, onde pode ser observada uma reduzida quantidade de indivíduos e espécies.

Na Figura 39 encontra-se o levantamento arbóreo atual da Praça da Estação, e na Figura 40 os equipamentos atualmente presentes.

Tabela 3 – Espécies arbóreas e forração encontrada na praça da Estação no dia 22/11/2005

	Nome popular	Nome científico	Família	Nº de indivíduos	Frequência relativa (%)
1	Castanheira	<i>Terminalia catappa</i> L.	Combretaceae	2	20
2	Pata-de-vaca	<i>Bauhinia blakeana</i> Dunn	Leguminosae-Caesalpinoideae	1	10
3	Ipê-roxo	<i>Tabebuia avallanadae</i> Lor. ex Griseb	Bignoniaceae	2	20
4	Ipê-amarelo	<i>Tabebuia chrysotricha</i> (Mart. Ex A. DC.) Standl.	Bignoniaceae	1	10
5	Flamboyant	<i>Delonix regia</i> (Bojer ex Hook.) Raf.	Leguminosae-Caesalpinoideae	4	40
6	Grama-esmeralda	<i>Zoysia japonica</i> Steud.	Gramineae	canteiro	x

- 01 – Banco
- 02 – Banca de revista
- 03 – Poste de iluminação
- 04 – Monumentos

Praça Dr. João Penido
 Cadastramento de equipamentos
 22 nov 2005
 Escala: 1/500

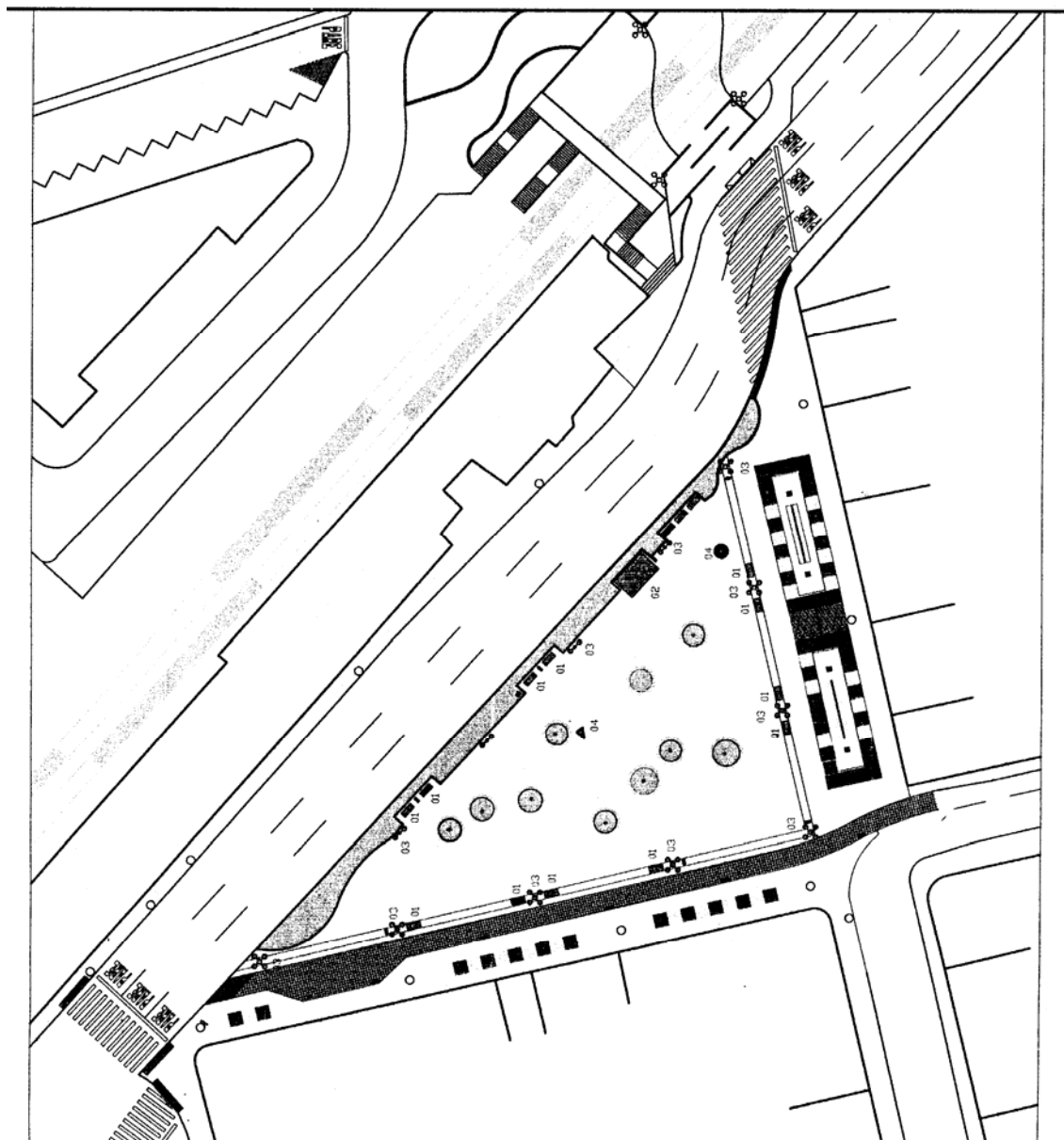


Figura 39 – Distribuição dos equipamentos urbanos na Praça da Estação.

Praça Dr. João Penido
Cadastramento arbóreo
22 nov. 2005
Escala: 1/500

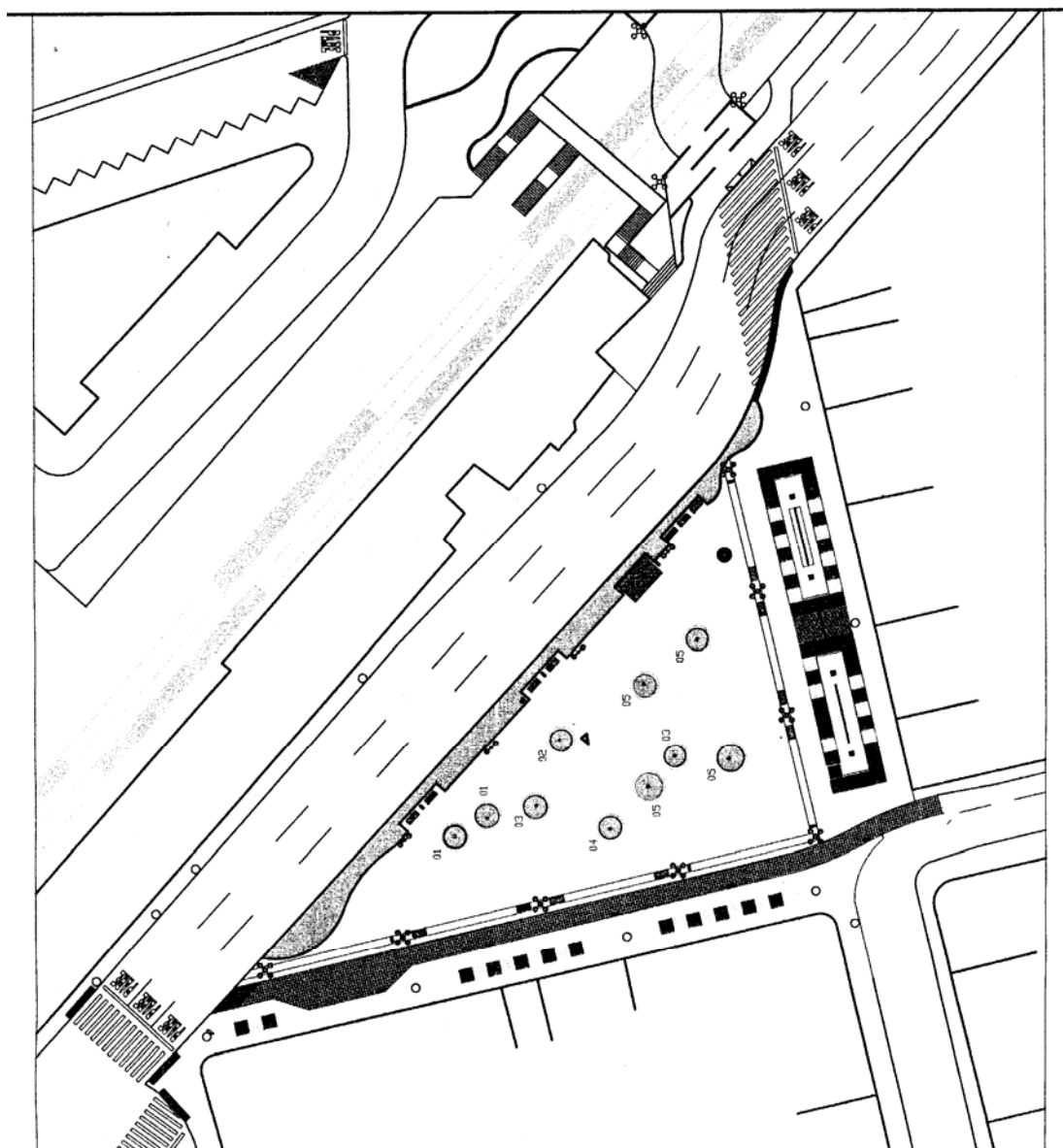


Figura 40 – Distribuição da arborização na Praça da Estação.

5. CONCLUSÕES

Concluiu-se com este trabalho que a migração da preferência do homem contemporâneo de utilizar o espaço privado em detrimento do espaço público, iniciado pela sociedade burguesa e acelerado com o advento do automóvel, não fez com que se diminuísse a importância dos objetos estudados.

O Parque Halfeld possui esta denominação por seguir uma tendência influenciada pela Europa e pelos Estados Unidos na construção de parques urbanos, como o *Regents Park* de Londres, projetado em 1810, tendo uma das dimensões em torno de 1.500 m de comprimento, e o *Central Park* de Nova York, construído a partir de 1858 e possuindo a maior dimensão, mais de 3 km.

Assim, denominá-lo de parque, segundo os conceitos citados neste trabalho, é inadequado. Por estar cercado pela malha urbana e possuir área compatível com um quarteirão, o correto seria defini-lo como praça. Observa-se em um filme do cineasta Carriço sobre o Parque, feito em 1940, que a construtora Pantaleoni Arcuri e Spinelli, ao reformá-lo, colocou elementos próprios para parque, como vegetação de grande porte, riachos e lagos. O revestimento era de pedrisco, fugindo da tendência de pavimentação comum em áreas urbanas.

Assim, conclui-se que a palavra parque foi utilizada para uma versão miniaturizada, em virtude da influência que a cidade de Juiz de Fora no início de século XIX sofria da Europa e Estados Unidos da América.

Após um amplo diagnóstico sobre o Parque Halfeld e da Praça Dr. João Penido, conhecida pelos habitantes de Juiz de Fora como Praça da Estação, constatou-se que aos dois espaços foram somados novos usos, diferentes daqueles para os quais foram originalmente planejados. A ambos foi acrescentado o uso de local de passagem de pedestre, ora obrigatória, ora por facilidade.

O Parque Halfeld continua sendo utilizado como local de lazer em meio à exuberância de suas árvores, sendo entendido pela população da cidade tradicionalmente como um parque, apesar do conceito ideal ser o de praça, devido à sua rígida presença delimitada pela malha urbana.

A Praça da Estação perdeu sua função fim; não recebe e não envia mais passageiros ilustres pela linha de ferro como no passado, por ter sido esta modalidade de transporte quase desativada no Brasil.

Hoje, o Parque Halfeld é mais lembrado pelo habitante da cidade que a Praça da Estação, pela imponência e pelo respeito que suas árvores impõem ao ser humano carente da sensação de prazer ofertada pela natureza. O Paço Municipal, antigo motivo de hierarquia do espaço, composto por igreja, justiça e poder público, não tem mais penetração na sociedade, tanto que a Catedral da cidade não está localizada em seu entorno. O centro administrativo da prefeitura também se retirou, a câmara dos vereadores está em processo de construção de sua nova sede, em outro local, e o fórum também pretende construir novas instalações em outro local.

Seu paisagismo original foi desfigurado por sucessivas reformas. Observa-se em fotografias e vídeos da década de 1930 que as árvores, apesar de grande porte, como angico e cedro com 30 anos de idade, permitiam a entrada dos raios solares e a manutenção de um jardim com grande número de detalhes. Atualmente, o espaço que era destinado à ornamentação paisagística, através de forrações e arbustos, perdeu prioridade para o plantio de árvores umbrófilas,

sucessoras naturais das árvores que hoje estão com grande porte. Este procedimento, realizado pela manutenção do Parque Halfeld, vem reforçar a concepção de parque pelos habitantes da cidade, onde as árvores são mais importantes que o estilo paisagístico.

A Praça da Estação possui poucas árvores atualmente, porém foi pouco o tempo em toda a sua história em que observou ali uma vegetação significativa. Antes da legislação da preservação do patrimônio histórico chegar a impor procedimentos, a praça era pouco ajardinada, devido à aglomeração constante de pessoas para receber autoridades na estação ferroviária. Em um segundo momento, as árvores foram arrancadas por impedir a iluminação pública, sendo esta inadequada para área arborizada, objetivando inibir a presença de mendigos, assaltantes e pessoas que se prostituem. Atualmente são mantidas com a copa rala, com poucos galhos e folhas, para não impedirem a visibilidade do conjunto histórico que a envolve.

No Parque Halfeld não são apenas os arbustos e a forração que perdem prioridade para as árvores. Na proximidade dos monumentos plantam-se árvores sem seguir uma tendência estética clara e ainda, a maioria está envolvida pelos bancos da praça. Os bancos são colocados de modo que o usuário do espaço fica sentado de costas para os monumentos, o que impede que eles sejam observados pelos usuários da praça.

O Parque Halfeld, também ao contrário da Praça da Estação, possui várias mesas destinadas aos jogos de baralho e de tabuleiro. Observou-se que é este o equipamento mais utilizado dentre todos no Parque, sendo ocupado durante todo o período do dia. Durante a noite a iluminação atual não permite uma visibilidade que torne atraente os jogos, caso contrário as mesas seriam ocupadas por muito mais tempo.

Pode-se concluir que a modernidade trouxe novos hábitos e novos costumes para a sociedade e que as desigualdades sociais advindas do processo socioeconômico e político influenciaram muito o comportamento da população em relação às praças da cidade. Para alguns pesquisadores poderiam ser os automóveis e a oportunidade de se divertirem longe de suas residências, a

explicar a pouca frequência da população nas praças. Outros, porém, afirmam que são a violência, o aparecimento da televisão e a tecnologia em geral é que proporcionam várias opções de lazer, sem haver a necessidade de se locomover.

O Parque Halfeld, a Praça da Estação e a Rua Halfeld que os une compõem o coração da cidade de Juiz de Fora. Certamente não é a opção número um de lazer e não são mais fundamentais para a disputa política da cidade, porém cada pessoa que tem a oportunidade de andar por esses espaços percebe que Juiz de Fora é uma cidade diferente das demais, com cara de capital, mas com os gostosos encontros de amigos na rua, habitantes de uma pequena cidade do interior.

6. RECOMENDAÇÕES

Para a Praça da Estação, recomenda-se a troca dos postes de iluminação pública por modelos com *design* mais modernos, evitando a interpretação inadequada por parte dos usuários da praça de que esses objetos possuem algum valor histórico.

A área do entorno é de baixa densidade residencial, porém dever-se-ia implantar mesas para jogos de baralho e, ou, xadrez sob as árvores. Esse equipamento, destinado ao atendimento da terceira idade, um segmento da população cada vez mais crescente.

Ao Parque Halfeld sugere-se uma alteração na posição dos monumentos. Hoje, a área interna do Parque destinada à arborização é mantida como um bosque, e não como jardim, por isso a permanência dos monumentos nos mesmos canteiros sempre irá desvalorizá-los. Instalá-los um ao lado do outro, como em uma galeria de arte, irá transmitir mais força visual, capaz de competir com o maciço arbóreo.

Uma outra recomendação é identificar, com discretas placas, as árvores mais importantes e relevantes a um processo pedagógico, como o pau-brasil, que empresta seu nome ao País, as árvores frutíferas e as de grande porte.

Sugere-se, também, aumentar a quantidade de mesas destinadas à prática de jogos de damas e de baralho, para assim atender a um número maior de

pessoas. Nessa área do Parque é necessário também aumentar a iluminação, para permitir o uso do espaço também no período da noite.

As duas sorveterias instaladas no parque estão com o acabamento desgastado e simples, não compatível com o espaço. Sugere-se a troca por quiosques mais sofisticados e a instalação de conjuntos de mesas e bancos para que os clientes possam usufruir o espaço com mais conforto.

Em relação ao banheiro público, acredita-se ser necessário divulgar, através de comunicação visual, o seu horário de funcionamento, por ser ele gratuito e higiênico.

Sobre o paisagismo do Parque Halfeld recomenda-se que seja utilizado para afirmar sua função social como praça, onde o usuário do espaço poderá se sentir mais seguro com longas perspectivas de visão, sentir os raios do sol sobre a pele e interagir com outros habitantes. Isso não significa diminuir a importância da vegetação hoje implantada, mas sim, dar mais ênfase ao espaço para o ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Wilson de Lima. *Caminho Novo – Espinha dorsal de Minas*. Juiz de Fora-MG. FUNALFA Edições, 2004. 188 p.

BOTTI, Carlos Alberto Hargreaves. Companhia Mineira de Eletricidade. Companhia Energética de Minas Gerais, Centro de Pesquisas Sociais, UFJF, 1994. p. 19-20.

CARRIÇO, João. *Cenas do cotidiano de Juiz de Fora*. Direção. Juiz de Fora: Carriço Film, [s.d.]. 1 fita de vídeo (90 min.), VHS, parcialmente sonorizado, preto-e-branco.

CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70. 1983. 202 p.

ESTEVES, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte-MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915. 530 p.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *A estratégia dos signos*. São Paulo-SP: Editora Perspectiva, 1986. 197 p.

GOMES, E. C. *Percepção do ambiente construído: a Praça*. São Paulo-SP, 1997.

LAURIE, M. *Introducción a la arquitectura del paisaje*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1983. 305 p.

LEFEBVRE, Henri. *Lê droit à la Ville Suivi d'Éspace et Politique (sic)*. Paris: Anthropos, 1972.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros (do caminho novo à proclamação)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1985, 280 p.

LIMA, A. M. L. P. Nosso parque faz 80 anos. *Revista da ADEALQ*, v. 10, n. 6, p. 20-22, 1987.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo-SP: Livraria Martins Fontes, 1988, 203 p.

MARCONDES, M. J. A. *Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social*. São Paulo-SP: Studio Nobel, Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1999. (Coleção Cidade Aberta).

MINAYO, M. C. S. et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 6. ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

MONACHESI, M. Arquivo pessoal. Entrevista e acesso ao acervo fotográfico.

MUMFORD, L. A. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

OLIVEIRA, Paulino. *Crônicas*. Belo Horizonte-MG: BDMG Cultural, 2001. 200 p.

OLIVEIRA, Paulino. *Efemérides juizforanas*. Juiz de Fora-MG: EDUFJF, 1975. 246 p.

PASSAGLIA, Luiz A. P. *Preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora*. 1982.

RECHIA, Simone. *Parques públicos de Curitiba: A relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. Campinas, SP: 2003. [s.n.].

RELPH, Edward. *A paisagem urbana moderna*. Lisboa: Edições 70.1990. 245 p.

RODRIGUES, A. M. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SALDANHA, N. *O jardim e a praça*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1993.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1992.

TUFURI, M. *Projeto e utopia*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel. 2001. 373 p.